

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CERRO LARGO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PAULA ESTER SEBASTIANY**

**OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS**

**CERRO LARGO  
2022**

**PAULA ESTER SEBASTIANY**

**OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edemar Rotta

**CERRO LARGO**

**2022**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Sebastiany, Paula Ester  
OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS  
PÚBLICOS MUNICIPAIS / Paula Ester Sebastiany. -- 2022.  
63 f.

Orientador: Doutor Edegar Rotta

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Bacharelado em Administração, Cerro Largo, RS, 2022.

1. Administração Pública, Gastos Públicos, Controle  
Social. I. Rotta, Edegar, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**PAULA ESTER SEBASTIANY**

**OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de  
Administração da Universidade Federal da Fronteira  
Sul - UFFS, como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Este Trabalho de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
17/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Dr. Edemar Rotta – UFFS**

**Orientador(a)**



---

**Dra. Dionéia Dalcin – UFFS**

**Avaliador(a)**



---

**Me. Micheli dos Santos Waldow – UFFS**

**Avaliador(a)**

## RESUMO

Os gastos públicos são abordados de forma corriqueira pelas redes sociais, geralmente sob um viés negativo e, atrelado a isso, como uma possível solução, estão os mecanismos de controle que visam uma melhor utilização desses recursos. Os Observatórios Sociais surgem como um importante mecanismo de controle, visando promover a transparência e melhor uso dos recursos públicos, capazes de promover atividades de monitoramento dos gastos públicos que envolvem a população sem qualquer distinção, desde que não tenha nenhum vínculo político. É neste cenário que se insere a temática desta pesquisa, referente a importância da implementação dos Observatórios Sociais no Rio Grande do Sul para qualificação dos Gastos Públicos Municipais. Tendo como principal objetivo avaliar a contribuição dos Observatórios Sociais gaúchos na qualificação e controle dos gastos públicos municipais. Para tanto usou-se como metodologia a pesquisa descritiva, através da consulta aos relatórios de Transparência e Economia disponibilizados no site do OSB, utilizando-se as informações referentes aos últimos cinco anos, de 2017 até 2021, de todos os quatorze municípios do Rio Grande do Sul, onde os Observatórios Sociais estão presentes. Foram verificadas, nesse processo, uma série de atividades que contribuem tanto para o controle, quanto para a qualificação dos gastos públicos, entretanto, no que se refere aos valores economizados a partir das ações dos Observatórios Sociais, o montante ainda é pouco significativo. Obteve-se, por fim, que os Observatórios Sociais desenvolvem atividades que contribuem para o controle social, mas que ainda tem uma longa jornada de aprimoramento para que seus resultados sejam de fato significativos para a sociedade e reduzam de forma mais efetiva os gastos públicos.

**Palavras chave:** Controle Social. Gastos Públicos. Observatórios Sociais.

## ABSTRACT

Public spending is routinely addressed by social media, usually under a negative bias, and, linked to this, as a possible solution, are the control mechanisms that aim at a better use of these resources. The Social Observatories emerge as an important control mechanism, aiming to promote transparency and better use of public resources, capable of promoting monitoring activities of public spending that involve the population without any distinction, as long as it has no political ties. It is in this scenario that the theme of this research is inserted, referring to the importance of the implementation of Social Observatories in Rio Grande do Sul for the qualification of Municipal Public Spending. The main objective is to evaluate the contribution of the Social Observatories in Rio Grande do Sul in the qualification and control of municipal public spending. For this purpose, a descriptive research was used as methodology, through the consultation of the Transparency and Economy reports made available in the OSB website, using the information referring to the last five years, from 2017 to 2021, of all the fourteen municipalities of Rio Grande do Sul, where the Social Observatories are present. In this process, a series of activities that contribute to both the control and the qualification of public spending were verified; however, with regard to the amounts saved from the actions of the Social Observatories, the amount is still insignificant. Finally, it was concluded that the Social Observatories develop activities that contribute to social control, but that there is still a long journey of improvement to make their results really meaningful to society and reduce more effectively public spending.

**Key words:** Social Control. Public Spending. Social Observatories.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações dos municípios selecionados .....	29
Quadro 2- Atividades que contribuem na qualificação dos gastos públicos .....	34
Quadro 3- Atividades que contribuem para o controle de gastos públicos .....	43
Quadro 4- Montante de redução dos Gastos públicos .....	46

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa.....	33
Figura 2- Protocolo para análise de edital .....	41

## LISTA DE SIGLAS

EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESF	Estratégia Saúde da Família
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GCU	Controladoria Geral da União
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
OSB	Observatório Social do Brasil
OSs	Observatório Social
OSG	Observatório Social de Guaíba
OSM	Observatório Social de Maringá
OSPEL	Observatório Social de Pelotas
OSPOA	Observatório Social de Porto Alegre
PIB	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
RH	Recursos Humanos
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SER	Sociedade Eticamente Responsável
PR	Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	TEMA .....	13
1.1.1	<b>Problema</b> .....	<b>14</b>
1.2	OBJETIVOS .....	14
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>14</b>
1.2.2	<b>Objetivos específicos</b> .....	<b>14</b>
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEORICO</b> .....	<b>17</b>
2.1	GASTOS PÚBLICOS .....	17
2.2	GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS .....	20
2.3	SURGIMENTO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA.....	22
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>28</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	28
3.2	POPULAÇÃO.....	29
3.3	PLANO DE COLETA DE DADOS .....	29
3.4	PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS .....	31
3.5	FLUXOGRAMA DA PESQUISA.....	31
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>34</b>
4.1	CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PUBLICOS MUNICIPAIS NAS DIFERENTES ÁREAS .....	34
4.2	CONTRIBUIÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS PARA O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS .....	42
4.3	REDUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS A PARTIR DA AÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS .....	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O gasto público tem por principal objetivo, de forma direta ou indireta, constituir o meio para criação de programas ou políticas que solucionem problemas do interesse público. Para tanto os gastos não ocorrem de forma isolada e devem estar acompanhados dos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade. Este conjunto trata respectivamente sobre, as melhores condições para compra, o atingimento do que foi proposto, e o impacto que a ação gerou no alvo a ser alcançado (GOMES, 2015).

Entende-se que a correta aplicação dos recursos públicos influencia de forma positiva a sociedade e incentiva o crescimento econômico (DEGENHART; VOGT; ZONATTO, 2016). Além disso, os gastos públicos influenciam em uma série de aspectos a vida da população, pois a partir deles são mantidos serviços públicos que fornecem, ou deveriam fornecer, serviços voltados para a mobilidade, lazer, saneamento básico, entre outros (GOMES, 2015).

A importância de uma boa gestão dos gastos públicos é ampla e abrange a oferta de condições mínimas de sobrevivência e assistência, a redução da pobreza e da desigualdade, bem-estar social entre outras, para, somente a partir, disso contribuir de fato com o desenvolvimento. Isso ocorre porque o acesso a condições adequadas de vida está ligado às vias concedidas pelo Estado (OLIVEIRA; BASTOS, 2016).

Filippim, Rosseto e Rosseto (2010) destacam, em seu estudo sobre a administração pública, que a gestão não vem pondo em prática os conceitos da administração burocrática e constantemente faz uso de práticas políticas patrimonialistas, visando o benefício de particulares e gerando uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada, o que não é favorável à gestão pública. Entretanto, em outro ponto os mesmos apresentam um aspecto decisivo para uma possível mudança de cenário, os gestores públicos são vulneráveis à opinião pública e ao controle social, ou seja, existe a possibilidade de melhoria a partir das cobranças feitas sobre os gestores.

Fica evidente que o uso adequado dos recursos financeiros disponíveis para a gestão pública é de interesse de todos, entretanto apenas o interesse não basta, o controle efetivo dos recursos públicos depende essencialmente da mobilização da sociedade e da vontade de cada cidadão para contribuir, é isso que define a efetividade dos mecanismos de controle social (BRASIL, 2012). Com isso, mesmo em um cenário pouco favorável e com avanços muito lentos, não se pode descartar a importância do controle social. Tanto no que se refere aos gastos públicos e a busca por resultados mais eficientes, quanto na responsabilização dos gestores

públicos envolvidos em atos de corrupção, posto que a contribuição da sociedade civil é a forma mais eficiente para evitar a impunidade e o descaso na gestão pública (ARRUDA; TELES, 2010).

A tomada de consciência da cidadania fiscal é fundamental, pois entende-se que com a pressão popular constante, os gestores tendem a atuar no combate a ineficácia administrativa, melhorando seu desempenho e coibindo a corrupção (RAUSCH; SOARES, 2010). Sendo assim, a população deve se mobilizar de forma organizada para exercer pressão sobre os órgãos públicos, tendo em vista que, quanto menos controle, maior o risco de impunidade e corrupção (SECCHIN, 2008).

Neste cenário, os Observatórios Sociais (OSs) surgem como uma forma de transformar a indignação quanto ao desperdício nos gastos públicos em uma ação de cidadania, que sendo bem executada é uma forma interessante de promover o controle social (MORGEROT, 2018). Capazes de promover mudanças na cultura política da população, os Observatórios Sociais (OSs) são instituições voltadas para promoção da cidadania e do controle social, e assim, conseqüentemente, a melhora da administração pública (SAGER; BOSSI, 2017). Além de estimular a participação da sociedade em prol da transparência e da melhor gestão dos recursos públicos, os Observatórios Sociais atuam de forma padronizada, seguindo processos metodológicos rígidos e constantes (OSB, 2021).

Nesta lógica, o Observatório Social do Brasil (OSB) tende a ser uma ferramenta de controle eficiente, pois não possui vínculo governamental, é apartidário e autônomo. Além disso, as ações de fiscalização realizadas incentivam a participação da população mostrando que essa ferramenta é também um propagador da cidadania e da democracia na gestão pública (DOMINGUES, 2019). Sendo o Observatório Social do Brasil (OSB) descrito como:

um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos (exceto os que integrem a esfera de atuação do observatório específico) e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social (OSB, 2021).

Assim, os OSs têm sua importância vinculada à transparência, ao controle social e à gestão fiscal, isso ocorre, principalmente, porque os gastos públicos são monitorados e ainda

divulgados para a população. Essas ações acabam por gerar economicidade do dinheiro público, prevenção de irregularidades, promoção da cidadania e inibição da corrupção, devido a cobrança por melhorias na qualidade da aplicação dos recursos públicos (ZANETTI; BONZANINI; FERREIRA, 2020).

Desse modo, a implementação dos OSs se justifica através do combate à corrupção e a má gestão dos recursos públicos, o que pode ser evidenciado pela economia muito significativa gerada nos cofres públicos (SANTOS, 2018). De acordo com o mesmo autor, isso só foi possível graças ao monitoramento e acompanhamento dos processos licitatórios, agindo de forma preventiva e seguindo uma metodologia de monitoramento e acompanhamento clara e padronizada.

Entende-se que a melhoria na gestão dos gastos merece destaque pois a boa gestão tem grande influência na vida da população, já que impacta diretamente o bem-estar social coletivo (SILVA; CRISOSTOMO, 2019). Do ponto de vista econômico, Leite e Fialho (2015) apontam que há relação significativa e positiva entre a qualidade da gestão pública municipal, baseados na Lei de Responsabilidade Fiscal e os indicadores de desenvolvimento municipal.

É oportuno destacar a relevância da gestão para a qualidade de vida, produtividade e crescimento econômico. Sendo os investimentos realizados na infraestrutura, educação, saúde, habitação, entre outros, determinantes para impulsionar o desenvolvimento econômico, pois são gastos considerados produtivos e capazes de gerar efeitos positivos para a população (BOGONI; HEIN; BAUREN, 2011).

## 1.1 TEMA

A participação da população e o controle social tem se mostrado cada vez mais necessários para evitar o mau uso do dinheiro público em um período marcado por frequentes escândalos de corrupção no Brasil. Nesse sentido os Observatórios Sociais aparecem como uma importante ferramenta para promover a cidadania e o engajamento dos cidadãos na fiscalização das contas públicas (SCHOMMER; MORAES, 2010). Sendo assim, a temática desta pesquisa refere-se a importância da implementação dos Observatórios Sociais no Rio Grande do Sul para qualificação dos Gastos Públicos Municipais.

### **1.1.1 Problema**

Os desvios de recursos públicos são capazes de repercutir de forma negativa em áreas primordiais, tais como a saúde, a segurança e a educação. Em virtude disso, verificar a destinação adequada de recursos públicos se faz cada vez mais necessário no cenário atual (MATA; SANTOS, 2018). Entretanto, por mais lógico que pareça a necessidade do controle social, esse também enfrenta dificuldades para sua execução, como as dificuldades geradas por uma cultura individualista e patrimonialista, de maneira geral. Em complemento, evita problemas mais pontuais como a não regulamentação da Lei de Acesso à Informação, a obstrução de mecanismos de controle, entre outros, que tendem a fragilizar a participação da sociedade (FERREIRA; OLIVEIRA; SILVA, 2015). Diante disso a pesquisa busca responder à seguinte questão: Qual a contribuição dos Observatórios Sociais para a qualificação dos gastos públicos municipais no Estado do Rio Grande do Sul?

## **1.2 OBJETIVOS**

Conforme Malhotra (2019), os objetivos da pesquisa estão diretamente ligados ao problema da pesquisa sendo especificados a partir disso. Vieira (2010) reforça que o objetivo geral deve responder à pergunta de partida do trabalho, ou seja, o problema, e, a partir disso, guiar o trabalho de pesquisa. Já os objetivos específicos estão mais relacionados com as etapas a serem vencidas no decorrer da pesquisa.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral do presente trabalho é avaliar a contribuição dos Observatórios Sociais gaúchos na qualificação e controle dos gastos públicos municipais.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Verificar a contribuição dos Observatórios Sociais na qualificação dos gastos públicos municipais das diferentes áreas (saúde/saneamento; habitação; educação, infraestrutura; desenvolvimento econômico; segurança; e transporte);
- b) Verificar a contribuição dos Observatórios Sociais para o controle dos gastos públicos municipais;
- c) Mensurar o montante da redução de gastos públicos municipais a partir da ação dos Observatórios Sociais nos últimos cinco anos;

- d) Identificar as atividades realizadas pelos Observatórios Sociais que contribuem na qualificação dos gastos públicos municipais;

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa apresenta entre suas principais justificativas descobrir se há otimização dos recursos públicos a partir da ação dos OSs e mostrar os resultados obtidos para a sociedade. Tridapalli, Fernandes e Machado (2011), em seu estudo, apontam diferentes mecanismos que podem ser adotados para a melhoria na gestão de gastos, em especial no setor de compras, como, por exemplo, a implementação de meios mais tecnológicos. Entretanto, salientam que controle social e o combate à corrupção são indispensáveis, pois só assim serão criadas as condições que permitem otimizar os resultados da gestão.

Os OSs atuam na busca pela melhoria institucional e pela transparência na gestão pública. Buscam contribuir na adequação dos editais, na conferência de documentações legais e na fiscalização dos procedimentos, visando evitar ilegalidades e possíveis punições aos agentes públicos. A partir destas ações alcançam um de seus principais objetivos, melhorar a gestão e a eficiência dos gastos públicos em decorrência do controle realizado (MATTIELLO, 2018).

Além de visar maior transparência dos atos públicos e promover a economicidade de recursos públicos, os OSs também estimulam a participação social, cobram o empenho e a mobilização da população. Para aumentar a conscientização são realizados projetos e trabalhos educativos, pois é a partir disso que se organiza e se qualifica a sociedade para exercer o controle social necessário (NUNES, 2011). Tal iniciativa se faz cada vez mais necessária em uma realidade onde a transparência pública ainda se apresenta de forma muito limitada e insuficiente, demonstrando a carência da ação popular (ALCÂNTARA, 2019).

Portanto, os resultados do presente estudo, podem contribuir para demonstrar à sociedade qual a importância dos OS e se os mesmos possuem capacidade de melhorar a gestão dos recursos públicos municipais. Desse modo, a sociedade se sentirá motivada para se organizar para a implementação de OSs em seus municípios, visto que estes nascem a partir da mobilização social. Somado a isso, há ainda uma quantidade relativamente escassa de literatura disponível sobre o assunto, sendo o estudo de Santos (2018), um dos raros estudos que contemplou o assunto utilizando todos os OSs do estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de demonstrar os benefícios da implementação dos mesmos para a Gestão Pública Municipal.

Além disso, há um número pequeno de OSs implementados no estado e no país. De acordo com o OSB são cento e trinta e três Observatórios em funcionamento, sendo estes distribuídos pelo território de dezessete estados brasileiros, um número ainda pequeno em relação às dimensões do país (OSB, 2021).

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo é formado por quatro capítulos. No primeiro capítulo, a Introdução, se exhibe uma contextualização sobre o tema a ser abordado, o problema de pesquisa, o objetivo geral e objetivos específicos, a justificativa para escolha do tema e a estrutura do projeto. Em seguida, no segundo capítulo, se apresenta o referencial teórico, o qual aborda os Gastos Públicos, Gastos Públicos Municipais, surgimento dos Observatórios Sociais e a importância da implementação dos Observatórios Sociais. Na sequência, o terceiro capítulo, apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa. No capítulo quatro são abertas três subseções que apresentam a análise dos resultados, contemplando cada um dos objetivos específicos. Por fim, no quinto e último capítulo estão as conclusões do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 GASTOS PÚBLICOS

O Brasil enfrentou dificuldades no ano de 2020 em decorrência da Covid-19, ocasionado um agravamento da crise econômica, repercutindo na redução do Produto Interno Bruto (PIB) e na piora dos indicadores de bem-estar social da população. Neste cenário estão presentes a queda da arrecadação do governo, comprometimento do consumo, e consequente redução dos gastos e investimentos, ou seja, ocorreu uma retração na atividade econômica, com consequências na dimensão social. Entretanto, alguns problemas estruturais e conjunturais já aconteciam antes disso, dando conta da necessidade premente de ações de curto, médio e longo prazos, nas diversas instâncias da economia e da vida social, no sentido de buscar soluções em prol do desenvolvimento mais equitativo no país (ASAI; CORRÊA, 2020).

Mesmo apresentando reflexos no campo econômico, os aspectos conjunturais de algum modo, sempre estiveram e continuam atrelados à ações políticas, de acordo com ideologias adotadas pelos governos constituídos neste país. Isto porque, compete aos gestores a implantação de programas capazes de corrigir o rumo das ações que de algum modo beneficiem apenas alguns privilegiados substituindo-as por projetos que favoreçam a equidade social (ZANATTA, 2004, p. 214).

A exemplo disso, tem-se o caso do orçamento público. O mesmo não é apenas uma peça de cunho técnico e formal que atende as necessidades da economia, mas também um instrumento político, resultado de escolhas ideológicas, políticas e das forças sociais presentes na sociedade. Tendo isso em vista, Salvador (2012) apresenta o sistema tributário brasileiro como desfavorável aos trabalhadores, em virtude da predominância de impostos indiretos que acabam beneficiando àqueles com maior acúmulo de bens, enquanto os mais pobres arcam com a maior parcela das receitas arrecadadas.

Considerando isso, para que o Brasil se aproxime de países mais desenvolvidos, se fazem necessárias mudanças na maneira como os recursos são utilizados pela gestão pública, sendo alocados de forma que priorizem a saúde, a educação e a infraestrutura, afim de que se tornem produtivos e gerem mais retornos à sociedade como um todo (ARRAES; TELES, 2001). O melhor aproveitamento dos gastos públicos não afeta somente o desenvolvimento econômico, ele influencia a qualidade de vida da população. Os investimentos públicos realizados podem aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sendo que as áreas que

apresentam mais significância são: educação, saúde, assistência, habitação, urbanismo, transportes, lazer, cultura, agricultura, entre outros (LUCAS, et al. 2010).

A análise realizada por Busatto (2009), aponta que não há como afirmar que as despesas públicas melhoram a qualidade de vida da população de forma direta, considerando, para isso, a complexidade para mensurar esses resultados. Entretanto o autor destaca que, ainda assim, a alocação dos recursos deve seguir sendo aprimorada para promover a melhor qualidade de vida dos cidadãos. Nova (2006) opõem-se, em parte, a esse pensamento, realçando que os gastos públicos contribuem para a melhoria na qualidade de vida da população, em especial os gastos em educação, os quais o autor destaca como investimentos para um futuro melhor, pois proporcionam mais oportunidades para a melhoria da vida da população.

Bertussi e Ellery Júnior (2012), ao analisarem os gastos públicos no setor de transportes, indicam os efeitos positivos gerados pelos mesmos no desempenho econômico do país, através dos investimentos. O estudo mostra que o investimento é capaz de melhorar a logística local e favorecer a entrada de novos investidores do setor privado, ainda que isso varie dependendo da região. Sobretudo, se sobressai a ideia de que o Estado tem papel de relevância na promoção do crescimento e no desenvolvimento de forma geral, além da redução das desigualdades sociais.

De forma similar, é comprovado que as despesas em educação e saúde são eficientes no combate à pobreza. Neste sentido a qualidade das estradas e a geração de energia influenciam, também, a produtividade econômica e a renda de forma positiva. Sendo assim, tanto os investimentos em capital humano quanto os investimentos em capital físico trazem impactos positivos, mesmo que não apontem interferência direta em fatores como a geração de emprego, melhoram as condições de vida e reduzem a pobreza (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2011).

A importância dos gastos no setor público se estende para um setor ainda pouco explorado, as consequências dos investimentos ou da ausência deles sobre os níveis de segurança pública. Loureiro e Carvalho (2007) sugerem que variáveis socioeconômicas tem influência sobre a criminalidade. Justificam, assim, os gastos assistenciais, tendo em vista que estes podem reduzir as condições adversas que, por vezes, motivam o indivíduo a cometer crimes, ou seja, melhoram as perspectivas de vida das classes sociais mais vulneráveis.

Por outro lado, vale destacar que o atraso econômico brasileiro não se deve apenas aos gestores, como se fosse consequência somente dos interesses pessoais, mas, essencialmente, por conta das instituições políticas e a ausência de incentivos para aprimoramento das mesmas

(MONTEIRO, 2009). Conforme Albarello (2006), para que seja possível otimizar os recursos públicos os gestores deveriam adotar alguns dos pressupostos da administração privada, como planejamento, direção, controle e avaliação. Em complemento, Machado e Holanda (2010), ressaltam a importância de um Sistema de Informação de Custos capaz de integrar, estruturar e padronizar a mensuração dos custos, e assim ir, aos poucos, aperfeiçoando as metodologias adotadas na administração pública. Portanto, a adoção de um sistema capaz de fornecer informações para a tomada de decisões governamentais e a alocação de recursos com maior eficiência.

Para Rodrigues e Teixeira (2010), o que deve ocorrer para que os gastos contribuam de forma mais efetiva em prol do crescimento econômico é a priorização dos investimentos em detrimento dos gastos com subsídios, transferências e com consumo, onde o setor público se mostra pouco produtivo. Biasoto Jr. e Afonso (2007) destacam que Brasil tem ido na contramão desse pensamento. Entre os anos de 1995 a 2003 registrou quedas significativas nos valores de investimentos, onde o percentual que correspondia a 4,75% do PIB em 1995 passou para apenas 2,96% do PIB em 2003. Essa redução em investimentos se mostra preocupante à medida que atinge setores mais necessários para a população, como por exemplo, a infraestrutura, na qual o gasto nacional caiu de 25% para 15,3% no mesmo período.

Por vezes, a despesa pública cresce de forma significativa e sem o devido retorno, isso acontece, principalmente, em decorrência da corrupção, sendo assim quanto maiores os níveis de corrupção maiores as despesas (CALDAS; COSTA; PAGLIARUSSI, 2016). Entretanto, vale salientar que a corrupção não se trata de um fenômeno tipicamente brasileiro. Em estudo realizado em Portugal, Bértolo et al. (2007), encontraram opiniões divergentes acerca da corrupção. Parte considerava que a corrupção é um mal a ser corrigido, um problema a se resolver. Entretanto, surpreendentemente, houve uma parcela que não vê tamanha importância em corrigir estes atos, pois acredita que pode se beneficiar deles.

No Brasil, se pode afirmar que se faz necessário reforçar a cultura política, a fim de que o cidadão comum se posiciona mais; demonstre mais seus interesses e não espere que todas as mudanças aconteçam apenas a partir dos aparatos formais. Além disso falta um senso maior de publicidade e transparência que estimule a cobrança, sem isso o controle da corrupção tende a ficar travado em meio a uma cultura que tolera os desvios naquilo que é público (FILGUEIRAS, 2009).

## 2.2 GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Os municípios de todas as regiões brasileiras lidam com a disparidade nas transferências de recursos, quer da instância estadual ou da federal. De forma geral, pode, por vezes, ser utilizada como um meio de autopromoção, ou para favorecer aliados políticos, considerando-se que “não se executam políticas, por melhores que sejam, sem se fazer política, isto é, sem se conseguir o apoio majoritário de eleitores e partidos e sem se fazer concessões pragmáticas e programáticas” (AMORIM; SIMONASSI, 2013, p. 724). Os autores complementam que, por mais comum que seja esse pensamento, ele não deve reduzir a importância ou desestimular a busca por uma distribuição dos recursos sob critérios de maior equidade e justiça.

Moutinho (2016) apresenta evidências de que municípios podem ser ajudados ou penalizados com as transferências voluntárias, ou com a falta delas, em decorrência da prevalência eleitoral de um ou outro partido, o que contraria a finalidade dessas transferências, que, pelo menos em tese, deveriam prezar pela redução das desigualdades presentes nos municípios. Considerando isso, os municípios enfrentam dificuldades na projeção de suas despesas a longo prazo, pois são muito dependentes de transferências intragovernamentais o que torna difícil o planejamento, o que aumenta o endividamento considerando-se que estes recursos não são garantidos ou estáveis (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

De modo geral, os municípios são muito dependentes de recursos federais para composição de suas receitas, no caso de Canela, no Rio Grande do Sul, evidenciou-se que os valores recebidos do Estado e da União, representaram cerca de 62,56% do total de receitas, contra 37,44% da arrecadação própria com base no período de 2001 até 2010 (SCUR; PLATT, 2011). Em decorrência das dificuldades geradas pela baixa arrecadação própria, os municípios buscaram meios de garantir um melhor desempenho com menos recursos, para isso são adotadas medidas para maximizar as receitas, ou seja, a racionalização de recursos que a administração possui a disposição (HERMANY; CAMARGO, 2018).

Em vista disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz mecanismos importantes para aprimorar a forma como o dinheiro é alocado, pois estabelece parâmetros como: o que fazer, em que prazo e com quais limites. Infelizmente, embora mais cautelosos, muitos gestores atuam nos limites da obrigatoriedade da lei, fazendo o mínimo necessário para que não ocorram punições, o que, evidentemente, não é o suficiente. Para que a administração seja eficiente é preciso evoluir no controle de Políticas Públicas para que os recursos atinjam os objetivos alcançados e beneficiem a população (PELEGRINI, 2013).

A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, estabelece restrições orçamentárias que visam proteger a situação fiscal dos entes federativos, levando em conta a realidade dos balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a partir da melhor aplicação de recursos e uma condição financeira que permita uma boa gestão para os próximos mandatos. Cabe a ela estabelecer as normas de gestão financeira e patrimonial para uma administração pública mais transparente e eficiente (NASCIMENTO; DEBUS, 2000).

Ainda que muito não tenha sido posto em prática, a LRF representou um avanço significativo, trazendo à tona a questão da disciplina fiscal, do equilíbrio das contas e a necessidade de um planejamento a longo prazo que não prejudique as administrações futuras (LIMA, 2010). Assim, o cumprimento da LRF, no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário estão relacionados a índices positivos de desenvolvimento municipal. Por isso, entende-se que seguir as determinações da LRF é benéfico para o desenvolvimento (SOUSA et al. 2013).

Nesse mesmo sentido, para um melhor proveito dos recursos públicos, Pires (2013) cita a transparência como um aspecto crucial, pois introduz uma nova relação entre o governo e a sociedade, no qual há maior participação, fiscalização e, conseqüentemente, aprimoramento da administração pública para atender aos interesses coletivos. É possível sintetizar a importância da transparência e o acesso à informação: “o acesso à informação pública e a transparência não garantem o correto funcionamento da atividade pública, mas sem eles é improvável que tal atividade ocorra sequer de maneira razoável” (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, p.71, 2014).

Entretanto, ainda há um longo caminho para garantir a transparência e acesso à informação. Visentini e Santos (2019) destacaram os resultados pouco otimistas sobre a situação da transparência na gestão pública. Em estudo realizado nos 25 municípios que integram o Corede Missões/RS evidenciou-se que é comum que os portais eletrônicos não disponibilizem as informações de forma padronizada e, por vezes, não apresentem o mínimo para o cumprimento de parte significativa dos requisitos legais para atender as demandas de informação da sociedade. Desta forma, os portais se mostram meros murais eletrônicos e enquanto não forem aprimorados pouco contribuem para participação social (VISENTINI; SANTOS, 2019).

A disponibilidade das informações e a transparência nas contas públicas refletem na participação do controle social e, conseqüentemente, no combate às fraudes que seguidamente são descobertas na administração pública. Tendo em vista que tais atos tendem a crescer em decorrência da falta de controle e da impunidade, torna-se necessário a aprovação de legislações que viabilizem o acompanhamento da população e que estabeleçam limites nos gastos, como a exemplo da LRF (RAUSCH; SOARES, 2010).

O controle social cujo fomento é objetivado pela educação fiscal tem, como fundamentos, o princípio democrático, a soberania popular e a cidadania participativa, carecendo de transparência para sua realização. Sendo assim, a Administração Pública precisa agir com clareza, abertura e simplicidade [...] A LRF pretende elevar os níveis de ética na gestão dos recursos públicos, ampliando a publicidade e, conseqüentemente, viabilizando o controle social. Na mesma toada, a lei de acesso à informação regulamenta como essa publicidade deve ser efetivada na generalidade dos atos estatais (AGUIAR, 2014, p. 192).

Desta forma, a transparência se apresenta como um antídoto para a corrupção. Ela é capaz de induzir os gestores públicos a um comportamento mais ético e responsável, além de permitir que a população controle as ações dos governantes, a partir das informações fornecidas. Para que isso seja possível, ainda é necessário melhorar portais e outros meios de disponibilizar as informações para estimular um controle social eficaz sobre a gestão (SOUZA *et al.* 2013).

### 2.3 SURGIMENTO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA

A falta de conhecimento e de proximidade com o funcionamento daquilo que é público, por vezes, influencia a população a ter um comportamento de submissão e conformismo ao invés de cobrança e participação. Entretanto, as experiências atuais de democracia participativa, mesmo que ainda precisem melhorar em diferentes aspectos, representam um avanço para uma democracia mais efetiva (COTTA *et al.* 2009). Do ponto de vista de Bravo e Correia (2012), para resolver problemas de origem política que afetam principalmente os mais pobres, é essencial que se tenha independência dos movimentos sociais e que estes mobilizem a sociedade diante de situações que geram indignação.

E foi a partir da indignação que surgiu a iniciativa de formar um grupo capaz de conscientizar a população no município de Maringá-PR. Após constantes episódios de corrupção, a sensação de impunidade fez com que pesasse o fardo da responsabilidade sobre o acompanhamento dos gastos públicos nos cidadãos locais. As relações entre o público e o

privado ocorriam de maneira errônea. O debate crescente sobre o assunto fez com que a ideia de criar uma organização da sociedade civil ganhasse força, aos poucos. A partir disso, no ano de 2004, era oficializada a criação da Sociedade Eticamente Responsável (SER), com o intuito principal de resgatar valores da sociedade e estimular a conscientização sobre a cidadania fiscal. A SER foi bem recebida pela comunidade local e passou a desenvolver uma série de projetos que explicavam, de diferentes formas, a importância da cidadania, promoviam a educação fiscal, explicavam o papel dos governantes de diferentes cargos e mostravam como funciona o orçamento público, entre outras atividades (GOMES, 2020).

Entretanto, por melhores que fossem as ações desenvolvidas pela SER, elas não eram suficientes em um cenário ainda marcado por manchetes falando sobre os esquemas de corrupção. A atuação, até aquele momento, havia despertado a cidadania, o que era essencial, mas ainda não havia conseguido barrar os constantes desvios de dinheiro. Para tanto surgiu a ideia de realizar ações práticas para estimular a boa aplicação dos recursos públicos. Assim, dentro da SER surgiu o Observatório Social de Maringá (OSM), tendo como atribuições a análise e divulgação de informações sobre a aplicação dos recursos públicos. O trabalho realizado pelo observatório foi crescendo e ganhando força e reconhecimento. Como consequência, no ano de 2015, ganhou destaque ao receber o primeiro lugar na categoria Justiça e Cidadania, do XII Prêmio Innovare, por agir de forma prévia no que se refere aos problemas nos gastos públicos e evitar a obstrução da justiça (GOMES, 2020).

O surgimento do Observatório Social se deu a partir da insatisfação dos eleitores com o desempenho dos eleitos, vendo neles ações oportunistas e corruptas. Nesse cenário os cidadãos insatisfeitos buscaram meios de monitoramento e fiscalização das ações da administração pública (ASSIS; GODOY, 2013). A experiência trouxe resultados positivos a ponto de ter sua metodologia revisada para que pudesse ser reproduzida em outras cidades. Foi necessário também a criação de uma organização capaz de coordenar os trabalhos e a criação de novos Observatórios, assim surgiu o Observatório Social do Brasil (OBS/ PARÁ DE MINAS, 2021).

De acordo com Aguiar (2014), as entidades que, de modo geral, mais influenciam e trabalham para criação dos OSs são: cooperativas, associações, federações ou até sindicatos de trabalhadores ou profissionais liberais. Na maioria das vezes são pessoas que já tem algum conhecimento relacionado à área, predominando pessoas formadas na área das ciências sociais aplicadas, como administradores, contadores, economistas, entre outros. De forma similar, Agostineto (2011) aponta que a formação dos Observatórios Sociais do Brasil, normalmente,

tem origem a partir da iniciativa de associações, órgãos de classe e também das experiências de outros OSs.

A rede foi se expandindo ao passo que os municípios viram a necessidade de ampliar o controle social a partir dos OSs. Atualmente a rede de Observatórios Sociais se estende por uma parte significativa do território brasileiro, abrangendo dezessete estados e totalizando cento e quarenta cidades filiadas ao sistema OSB, coordenando a ação de mais de 3.500 voluntários sem filiação partidária. No estado do Rio Grande do Sul estão situadas unidades em quatorze municípios, sendo eles: Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Gravataí e Glorinha, Guaíba, Lajeado, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e São Leopoldo (OSB, 2021).

A atuação dos Observatórios Sociais tem como objetivo promover a educação para a cidadania fiscal e o controle social. Desta forma, contribui para a eficiência da gestão pública por meio do monitoramento e controle exercido pela sociedade. Sobretudo, tem como missão despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade para que a justiça social seja alcançada e os recursos públicos sejam aplicados com ética e eficácia (OSB, 2021).

Os Observatórios Sociais representam um espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo municipal, baseado na transparência das informações sobre aquilo que é público. No entanto, ainda precisa melhorar o engajamento da sociedade e atrair mais voluntários para participar de forma ativa (BARROS; VASCONCELLOS; SOBRINHO, 2015). A participação nos OSs é uma maneira institucionalizada de controle, pois acontece de forma sistêmica e articulada e, ao longo do processo de aprendizagem social, é capaz de fortalecer a democracia. Mesmo que ainda seja necessário aprimorar alguns pontos para reduzir as limitações de atuação nos OS, a atuação voltada para a cidadania fiscal é capaz de promover uma relação mais íntima entre governantes e cidadãos e, conseqüentemente, aprimorar a qualidade da administração pública (SHOMMER; MORAES, 2010). De forma geral, um OS contribui com a sociedade pois:

atua como um instrumento na formulação estratégica de pensamentos críticos, adota uma definição moderna na construção de uma sociedade consciente de seus direitos e garantias constitucionais, capaz de exercer uma fiscalização social. Exige do governo que os recursos humanos, financeiros e tecnológicos sejam utilizados para formular e implementar os objetivos organizacionais, estrategicamente estabelecidos finalísticos de desenvolvimento social. Assume papel de motivado controle e planejamento de um modo geral (ALVES, 2015, p. 51).

Para Menezes, Zuza e Archanjo (2018), os OSs não se configuram como espaços institucionalizados de participação social, por não estarem previstos no ciclo de políticas públicas. Entretanto o controle social exercido por eles é capaz de fortalecer espaços de participação e, conseqüentemente, melhorar a efetividade e a eficiência na administração pública. Vale destacar que a atuação dos observatórios é mais ampla do que isso, podendo ser dividida em duas vias principais, trazendo benefícios financeiros ou benefícios não financeiros. Nos municípios com OSs, no estado do Rio Grande do Sul, as ações são, majoritariamente, financeiras e apresentam, apesar das variações, boas porcentagens de economicidade, ou seja, economia para os cofres públicos (GOULART; TROIAN; QUISPE, 2020).

O estudo realizado por Banhos e Seixas (2021) avaliou o impacto da implementação de unidades de OS nas despesas municipais no período de 2006 até 2017. Neste tempo foram criadas mais unidades e as já existentes foram aprimoradas, somando um total de trinta e seis municípios no país, que permitem concluir que há economia a partir da sua implementação. Neste caso, a economia foi evidenciada, principalmente, nos investimentos de despesas correntes em material de consumo e serviços contratados de pessoas jurídicas. Além disso, o estudo reforça a ideia de que a iniciativa social independente do poder público contribui com a fiscalização e redução dos níveis de corrupção.

Desta forma, Abreu (2019) reafirma que dentre as principais contribuições estão a fiscalização das licitações e gastos públicos, bem com a sua divulgação à população, pois obtém como resultado a redução de ações ilícitas e gera economicidade. De forma similar, Baptistucci (2011) elenca a existência de três ações principais presentes no Observatório Social de Maringá (OSM), sendo que a primeira é a metodologia de acompanhamento das licitações, por ser mais visível e por permitir ao Executivo e Legislativo fazer os ajustes necessários para a adequação; a segunda é o acompanhamento das contratações de terceirizados e cargos de confiança; e a terceira ação, é a análise das proposições e dos gastos com diárias e custeio do Legislativo local.

Na pesquisa desenvolvida por Anacleto et al. (2021), junto ao OSB-Piumhi, percebe-se que as ações realizadas fazem com que os recursos públicos sejam destinados para onde são realmente necessários, seguindo os princípios da administração pública e, principalmente, evitando desvios. O trabalho vai além do monitoramento da compra e, por vezes, questiona se ela é realmente necessária; quando o produto é entregue são verificadas as características para saber se atenderam ao que estava posto no processo licitatório de maneira satisfatória. No que se refere às atividades junto ao legislativo, o OSB-Piumhi trabalha de forma preventiva e procura alterar ou incluir dispositivos em leis que afetam a vida na sociedade local. Outra ação

que merece destaque e é desenvolvida nesse município, é a exigência de meios para acessibilidade, requerendo que se mantenham nos espaços públicos, como o transporte, as vagas de estacionamento, os sistemas de sinalização, entre outros em condições que permitam a locomoção.

Do ponto de vista de Coelho et al. (2019), o Observatório se difere de outras formas de controle, pois trabalha de forma antecipada, com a análise de editais e licitações, buscando evitar que fraudes, desvios ou superfaturamentos venham a ocorrer. A atuação das equipes nas denúncias pode evitar perdas milionárias aos cofres públicos. Já no estudo realizado por Buono e Nicolás (2020), no Observatório Social de Foz do Iguaçu (OSFI), foi possível visualizar, um pouco melhor, como a organização atua para com as licitações e quais valores foram economizados a partir disso. A partir da intervenção do OSFI nas licitações, onde foi feita uma avaliação para verificar se os valores das licitações eram plausíveis e estavam de acordo com os valores de mercado, quando eram encontradas irregularidades eram solicitados ajustes e, desta forma, houve uma economia de trezentos e quarenta e oito mil reais para os cofres públicos municipais.

Entretanto no que se refere aos membros dos Observatórios, Mortinhago (2019) salienta que o trabalho desenvolvido poderia ser mais efetivo se incentivasse a participação de pessoas consideradas menos elitizadas, já que o perfil predominante na instituição é de pessoas consideradas de elite. Não basta que os observatórios sejam conhecidos por toda a sociedade, mas é necessário que incluam, de forma mais ampla e democrática, os mais diversos indivíduos da sociedade em geral. Um dos princípios que regem o funcionamento dos OS é o apartidarismo, o que exclui qualquer pessoa filiada a um partido político. Bona e Boeira (2018) apontam tal princípio como sendo um entrave que o afasta de possíveis gestores, tendo em vista que alguém, por ser filiado de um partido político, seria desqualificado para atuar em um observatório. No entanto, depois de eleito seria orientado, reeducado e fiscalizado pela mesma organização que o rejeitou. O autor ainda aponta para complexidade da adoção de mudanças como um desafio estratégico para ampliação da representatividade e legitimação deste espaço a partir de debates mais plurais.

Sobretudo, vale destacar que nada disso é possível sem recursos financeiros. Costa *et al.* (2019), explica que as pessoas que atuam na organização são voluntárias, mas ainda é necessário um certo valor para o material usado, manutenção do espaço e afins. Para isso identificou quais foram os meios para captação de recursos no Observatório Social de Sorriso-MT. As formas mais recorrentes foram: visitas as empresas para a divulgação do trabalho;

transparência financeira para a sociedade; relacionamento com doadores potenciais e participação em eventos e palestras. Os maiores desafios para receber doações são as dificuldades financeiras de algumas empresas que doavam e a falta de divulgação dos trabalhos realizados. Para muitos, não há o conhecimento de sua existência e, muito menos, sobre a importância da sua atuação, em parte porque o grupo que nele atua é pequeno. Para tanto, recomenda-se a adoção de estratégias de marketing que divulguem o que foi feito e possibilitem a realização de campanhas de arrecadação de dinheiro ou de materiais.

Apesar das falhas e dificuldades é possível compreender que os OSs contribuem para a cidadania na realidade em que vivemos, pois evidenciam a importância que há em iniciativas da sociedade civil para o controle social dos gastos públicos. Além disso, ao realizar o controle dos gastos públicos ocorre uma mudança na forma de enxergar a máquina pública, deixando de lado uma visão patrimonialista e trazendo a responsabilidade, assim como os direitos para perto dos cidadãos. Sendo assim, há uma significativa mudança na relação entre Estado e sociedade, deixando de ser antagônicos para atuarem de forma conjunta, cooperando (AGUIAR, 2014).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia tem como principal função descrever os procedimentos adotados para que se alcance os objetivos da pesquisa, ou seja, detalhar as etapas que compõem a pesquisa (OLIVEIRA, 2011). O método científico é constituído por um conjunto de técnicas ou processos que formam o caminho a percorrer, é um dispositivo ordenado empregado para obter o resultado desejado (FAVENI, 2012).

Este capítulo tem o intuito de apresentar quais os procedimentos metodológicos utilizados e de que forma é desenvolvida a pesquisa. Será composto por cinco seções, sendo a primeira o delineamento da pesquisa; a segunda dedica-se ao plano de coleta de dados do estudo; a terceira seção, é exposta a população do estudo; na quarta seção encontra-se o plano de análise dos dados; e, por fim, a quinta seção apresenta o fluxograma da pesquisa.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para buscar a solução do problema da pesquisa foi realizado um estudo com abordagem qualitativa. De acordo com Neves (1996), os estudos qualitativos são uma forma viável e promissora de investigação, pois entende-se que compreender e interpretar fenômenos a partir do seu contexto e afins é uma tarefa indispensável na produção do conhecimento. Tal método possibilita uma visão mais abrangente do problema, além de uma compreensão diferente da realidade.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se enquadra como descritiva, tendo em vista que sua finalidade é descrever as características de um grupo e suas preferências. Para Gil (2017, p. 26), “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Além disso, esse tipo de pesquisa busca identificar a opinião, atitudes e crenças de uma população. Para Malhotra (2019), a pesquisa descritiva pressupõe que o pesquisador possui conhecimento prévio sobre o assunto, pois se caracteriza pela formulação prévia de hipóteses específicas.

Para coletar os dados da pesquisa foram consultados os relatórios de Transparência e Economia disponibilizados no site do OSB. Por fim, no que se refere à concepção da coleta de dados, o estudo se encaixa na concepção transversal, pois as informações são coletadas uma única vez.

### 3.2 POPULAÇÃO

População pode ser entendido como o número total de elementos de uma classe, o que podem ser pessoas ou qualquer outro tipo de organismo (GIL, 2017). Pode também compreender informações sobre tamanho e estrutura, padrões de organização, além de outras características que podem ser agrupados de acordo com segmentos específicos (IBGE, 2021).

Marconi e Lakatos (2017), descrevem a população como um conjunto formado por integrantes que apresentam, pelo menos, uma característica em comum. No caso dessa pesquisa foi utilizada a população do Rio Grande do Sul onde se tem unidades dos Observatórios Sociais, sendo eles: Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Gravataí e Glorinha, Guaíba, Lajeado, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e São Leopoldo (OSB, 2021). O Quadro 1 apresenta esses municípios e algumas de suas características.

Quadro 1 - Informações dos municípios selecionados

Municípios	Ano de Emancipação	PIB (2018)	População estimada (2021)
Bento Gonçalves	1890	50.090,88	123.090
Cachoeirinha	1966	40.778,59	132.144
Caxias do Sul	1890	48.959,40	523.716
Cruz Alta	1834	65.065,59	59.561
Erechim	1918	47.080,69	107.368
Farroupilha	1934	47.878,78	73.758
Gravataí e Glorinha	1880/ 1988	42.820,82/ 41.243,59	285.564/ 8.304
Guaíba	1926	68.641,09	98.331
Lajeado	1891	51.129,40	86.005
Pelotas	1812	25.884,35	343.826
Porto Alegre	1810	52.149,66	1.492.530
Santa Maria	1858	27.785,51	285.159
Santa Rosa	1931	41.100,58	73.882
São Leopoldo	1846	38.317,82	240.378

Fonte: IBGE Cidades, 2021.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Ocorreu, inicialmente, o envio dos questionários para cada um dos OSs do RS separadamente o que resultou em uma única resposta da diretora do OSB solicitando informações do trabalho e questionando a forma como o OSB era abordado. Com isso foi realizado o envio do projeto de TC para avaliação, junto de uma explicação sobre o mesmo. Após um período relativamente longo, o OSB retornou, enviando um termo de responsabilidade sobre o que seria escrito sobre o mesmo. Tal documento foi devidamente preenchido e assinado, e a partir disso o OSB se comprometeu a não só autorizar os OSs gaúchos a responderem o questionário como também reenviar o link a eles. Entretanto, mesmo após um significativo período de espera, nenhum dos 14 OSs rio-grandenses respondeu ao questionário ou enviou qualquer esclarecimento.

Diante dessa situação, para viabilizar a pesquisa, optou-se por concentrar a busca de informações nos relatórios de Transparência e Economia, disponibilizados no site do Observatório Social do Brasil: <https://osbrasil.org.br/mapa-do-sistema-osb/>. Foram verificados os relatórios referentes aos últimos cinco anos (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) de atividades de cada um dos municípios presentes na população, contendo as principais atividades realizadas e a economia gerada a partir disso. Vale destacar que a rasa quantidade de informações referentes ao ano de 2021 se deve a ausência de relatórios desse período em parte significativa da população estudada. Também se optou por aglutinar os objetivos específicos A e D, uma vez que os dois concentravam sua preocupação em torno da atuação dos Observatórios no sentido da qualificação dos gastos públicos.

Desta forma, para responder aos objetivos específicos A e D foram coletadas, a partir dos relatórios, as informações relativas ao trabalho dos Observatórios na qualificação dos gastos públicos municipais nas diferentes áreas que integram a administração pública. Integram o objeto de análise as áreas predominantes na administração pública municipal e compreendidas por: saúde/saneamento; habitação; educação, infraestrutura; desenvolvimento econômico; segurança; e transporte.

De forma similar foram coletados os dados para atender ao objetivo específico B, a partir do mesmo relatório, buscando verificar a contribuição dos Observatórios Sociais para o controle dos gastos públicos municipais. Nesse sentido, foram buscadas as informações sobre: participação e elaboração dos planos e orçamentos; controle da arrecadação; transparência dos gastos; controle social dos gastos; disciplina fiscal; exercício da cidadania fiscal; e prestação de contas.

Para atender ao objetivo específico C, que busca mensurar o montante da redução de gastos públicos municipais a partir da ação dos Observatórios Sociais nos últimos cinco anos, buscou-se, nos relatórios, a identificação das principais ações realizadas e os valores envolvidos, procurando perceber se houve ou não economicidade a partir da ação dos Observatórios Sociais.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A discussão se deu a partir dos conceitos e estudos apresentados na fundamentação teórica. A análise do objetivo A e D foi realizada de forma conjunta, focando no conjunto de atividades desenvolvidas pelo observatório social que contribuem para qualificar os gastos públicos municipais e nos benefícios para as diferentes áreas a partir disso. Para discutir os dados correspondentes ao atendimento destes, foram buscados os conceitos dos estudos de Oliveira e Bastos (2016), Baptistucci (2011) e Mattiello (2018). Os estudos de Cruz, Teixeira e Braga (2011) e Nova (2006) auxiliaram a discussão sobre os gastos nas áreas de educação, habitação e saúde/saneamento; Bogoni, Hein e Bauren (2011) e Oliveira e Bastos (2016) para a área de emprego e renda; Loureiro e Carvalho (2007) para os serviços de segurança; e, por fim, Bertussi e Ellery (2012) quanto à área de transporte, complementados em todos os sentidos por Aguiar (2015) e Alves (2014).

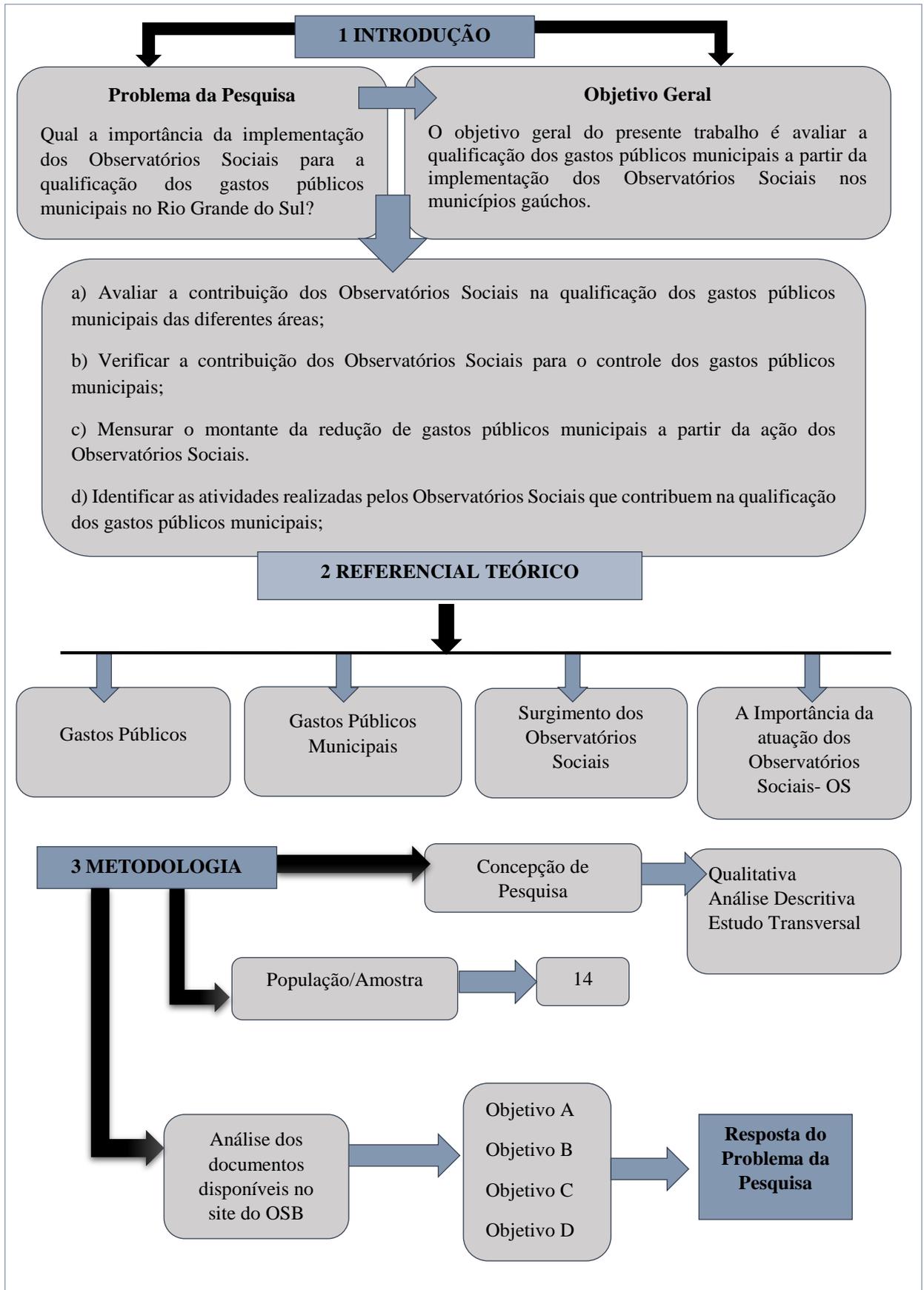
Posteriormente, para discutir os dados que atenderam o objetivo B, foi realizada a análise dos mesmos relatórios, mas voltada para as ações de controle de gastos públicos municipais. Para discutir os dados foram buscados os conceitos e estudos de Aguiar (2015), Santos (2018) e, por fim, Shommer e Moraes (2010).

De forma similar, para o objetivo C foram avaliados os relatórios, quanto ao volume de gastos públicos municipais que foram reduzidos com a atuação dos OSs. A apresentação e análise foi realizada descrevendo o montante economizado em cada um dos municípios ao longo dos anos. Para discutir os dados foi utilizado o estudo de Santos (2018), pois este apresenta o volume de redução dos gastos por município utilizando a mesma amostra que o presente estudo.

### 3.5 FLUXOGRAMA DA PESQUISA

Nesta seção é apresentado o fluxograma da pesquisa, que demonstra, resumidamente, todo o caminho percorrido no estudo, tendo como finalidade facilitar a visualização e a compreensão do processo de pesquisa. Almeida e Bruno (2004) destacam que o fluxograma facilita também o trabalho do pesquisador, pois ajuda o mesmo a retornar para o seu problema de pesquisa devido à apresentação lógica dos passos. A Figura 1, abaixo, apresenta o fluxograma da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados tem como intuito apresentar as informações coletas nos sítios eletrônicos dos OSs presentes no estado do RS e a análise das mesmas, visando atender aos objetivos estipulados. Vale destacar que a forma como tais objetivos foram respondidos destoa, em parte, do que foi planejado ao longo da construção do projeto. Apresentando de forma conjunta os objetivos A e D, uma vez que os dois concentravam sua preocupação em torno da atuação dos Observatórios no sentido da qualificação dos gastos públicos.

### 4.1 CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PUBLICOS MUNICIPAIS NAS DIFERENTES ÁREAS

Conforme já especificado anteriormente, a qualificação dos gastos públicos municipais é um dos objetivos essenciais da atuação dos Observatórios Sociais. A partir da coleta de informações nos relatórios disponibilizados pelo OSB em seu site, construiu-se o quadro 2, representado abaixo. Foram utilizados todos os materiais disponibilizados nos últimos cinco anos para os quatorze OSs presentes no RS, totalizando quarenta e oito relatórios analisados para obter informações referentes às atividades realizadas que contribuem na qualificação dos gastos públicos municipais.

Quadro 1- Atividades que contribuem na qualificação dos gastos públicos

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Bento Gonçalves	2017	<p><b>Segundo quadrimestre:</b>            Poder Executivo: monitoradas sessenta e quatro licitações, com duas solicitações de esclarecimentos; uma solicitação de não compra; uma suspensão temporária de edital por condicionamento de marca; um posicionamento sobre licitação homologada; um apontamento sobre o preço de valor base; e um apontamento de erro de digitação de valor base.            Poder Legislativo: ocorreram oito licitações que foram avaliadas sem a necessidade de intervenção.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b>            Poder executivo: analisadas quarenta e quatro licitações com presença em trinta e dois certames sem intervenção. Houve o monitoramento de cargos comissionados, assim como a evolução dos gastos totais do Poder Executivo, havendo, ao total, dezessete ofícios com intervenções do OSBG relacionadas aos recursos humanos do município, esclarecimentos quanto a folha de pagamento, entre outros.            Poder Legislativo: analisou nove licitações e esteve presente em sete certames, não havendo a intervenção em nenhuma delas. As demais intervenções no legislativo foram questionamentos sobre o quadro, solicitação de planilha e projeto de Lei 59, todos com retorno.</p>

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Bento Gonçalves	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b>  Poder Legislativo: analisou dez licitações sem realizar nenhuma interferência.  Poder Executivo: foram analisadas vinte e três das trinta e três licitações que ocorreram, sem que houvesse qualquer deferimento, apresentando economicidade pela própria equipe de licitações. A ação se estendeu ao questionamento do aumento trimestral de vencimentos dos servidores e o envio de um ofício questionando o projeto de emenda de lei orgânica que permitia algumas concessões.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b>  Poder Legislativo: foram analisadas oito licitações do poder legislativo, sem nenhum problema encontrado.  Poder Executivo: analisou trinta e nove das sessenta e três licitações do período, sem realizar interferência em nenhuma delas. As ações se estenderam para o monitoramento de concessões de funções gratificadas; questionamento sobre contratação sem a exigibilidade de licitação; e solicitação de justificativa para aumento nos valores gastos em publicidade e propaganda.</p>
Cachoeirinha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Caxias do Sul	2017	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b>  Poder Legislativo: análise de nove editais.  Poder Executivo: foi realizada a análise de editais, destes, oitenta e sete eram da prefeitura municipal, cinco da SAMAE e três da CODECA.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b>  No somatório entre legislativo e executivo o programa de qualidade na aplicação dos recursos públicos avaliou um total de noventa e oito editais nesse período em diferentes modalidades, sendo: pregão Presencial, chamamento público e concorrência.  O trabalho teve continuidade na verificação de entregas de produtos de merenda escolar e também na entrega de um semirreboque na Secretaria de Obras. No que se refere aos Indicadores da Gestão Pública foi enviado um ofício solicitando dados sobre as escolas do município para realizar uma análise.</p>
Cruz Alta	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Erechim	2017	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b>  O programa de qualidade na aplicação dos recursos públicos fez o monitoramento das licitações do Legislativo e do Executivo no município, analisando um total de doze licitações. Depois da homologação das licitações teve o acompanhamento da entrega de material esportivo e da aquisição de microcomputadores para verificar se estes se enquadravam com edital.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b>  O OSE trabalhou na qualificação dos recursos públicos a partir do monitoramento das diárias que apresentaram redução no ano anterior. Neste mesmo período foram analisadas quarenta e duas licitações e em seguida foram enviados seis pareceres sobre improbidade administrativa no intuito de investigar a existência de algum ato ilícito.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b>  O OSE seguiu monitorando as diárias e os cargos comissionados a partir disso enviou um ofício para Câmara Municipal de Vereadores questionando a contratação de assessoria jurídica o que resultou no cancelamento da contratação. Quanto as licitações, foram analisadas doze nesse primeiro quadrimestre de 2018.</p>

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Erechim	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Relata a continuidade em ações de controle dos gastos com diárias e agora inclui mais detalhadamente os gastos, a quantidade de vereadores e as ações dos mesmos, separaram as funções dos vereadores locais entre típicas e atípicas seguindo a descrição do Controladoria Geral da União (CGU), a partir disso obtiveram que 83% das ações da Câmara de Vereadores de Erechim não se enquadram nas funções estabelecidas pela GCU, ou seja, pouco fazem para legislar, fiscalizar e administrar. Poderiam ser reduzidos cerca de R\$ 4 milhões no orçamento da câmara além de reduzir o número de vagas para vereadores para 14 considerando o porte do município e um melhor planejamento financeiro.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Foram realizadas atividades típicas do controle social como o monitoramento de licitações, sem apresentar o número de licitações analisadas.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Também houve o controle de licitações, mas sem a divulgação da quantidade, ou em que setor.</p>
	2020	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Teve início com o envio de um ofício à Câmara de Vereadores com sugestões de medidas para a covid-19. Ainda relacionada a covid-19 houveram vinte e duas dispensas de licitações no período e foram acompanhadas treze licitações. Na sequência, foram monitorados os gastos com recursos humanos do município, sem intervenções ou envio de questionamentos.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Foram monitoradas setenta e seis licitações, além disso foi elaborado um quadro apresentando os valores recebidos para o enfrentamento ao Corona vírus e as compras realizadas com estes recursos. Por fim é apresentado um quadro apresentando a média de funcionários de 2008 até 2019 na administração pública municipal.</p>
Farroupilha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Gravatá e Glorinha	2018	A página para a qual foi direcionado não existe ou foi desativada do site do Observatório Social do Brasil.
	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Nesse espaço de tempo foram publicadas pelo município noventa e sete licitações e foram analisadas dezesseis delas, a partir disso houve um encaminhamento ao ministério público e uma licitação anulada. Aconteceu também o acompanhamento da produção legislativa do município de Glorinha.</p>
Guaíba	2017	<p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Destacou que aconteceram cinco dispensas de licitações. Foram realizadas vinte e duas intervenções por ofícios, com solicitações como a justificativa de dispensa, pedido de cópia de notas fiscais, parecer da Procuradoria Municipal, prestação de contas com planilhas e afins. Também acompanhou as informações disponibilizadas pelo Portal da Transparência do município, com atenção especial a despesa com pessoal.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O relatório referente ao período não apresenta informação condizentes ao período.</p>

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Guaíba	2018	<b>Segundo quadrimestre:</b> Foram acompanhados trinta e dois pregoes eletrônicos e enviados vinte e sete ofícios. A atuação seguiu na análise de pregões eletrônicos que resultaram no envio de mais vinte e seis ofícios.
	2019	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Neste foram analisados cinquenta e sete pregões eletrônicos e enviados vinte e oito ofícios. <b>Segundo quadrimestre:</b> Foi feita a análise de mais sessenta e nove pregões com o envio de vinte e dois ofícios, além disso fez análise financeira da Câmara de Vereadores, detalhando o que foi feito com os repasses. Por fim fez uma breve análise funcional da Prefeitura Municipal de Guaíba a partir dos dados disponibilizados no Portal da Transparência. <b>Terceiro quadrimestre:</b> Ocorreu o estudado de cinquenta e dois pregões eletrônicos e enviados trinta e um ofícios, além disso analisou as finanças orçadas no município de Guaíba para 2020 apontando possíveis excessos.
	2020	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Avaliou trinta e quatro pregões eletrônicos e averiguou a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da covid-19, a partir disso foram enviados nove ofícios buscando por mais transparência e redução dos gastos.
Lajeado	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Pelotas	2017	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O Observatório Social de Pelotas (OSPEL) apresenta tabelas com quantitativos de colaboradores: do Gabinete do prefeito, da Secretaria Municipal de Cultura, de colaboradores da Secretaria Municipal Desenvolvimento Rural, da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, Secretaria Municipal da Justiça Social e Segurança, Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, Secretaria Municipal da Receita, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Infraestrutura, Secretaria Municipal de Transporte e Transito, Secretaria Municipal da Gestão da Cidade e Mobilidade, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do ano de 2016 e do primeiro quadrimestre de 2017. A partir disso avaliou a evolução dos gastos com colaboradores, avaliação de gastos com pessoal terceirizado e solicitado o envio de informações não disponíveis e de um relatório com os gastos totais que o município tem com funcionalismo. <b>Segundo quadrimestre:</b> Apresenta entre as atividades o início da análise de licitações, sendo três licitações analisadas, sem citar o tema ou a qual poder pertence. <b>Terceiro quadrimestre:</b> Ocorreu a tentativa de Monitoramento do Quantitativo dos Funcionários da PMPel, o que não foi possível pela ausência de informações no sistema. No projeto Obra transparente foram fiscalizadas quatorze obras de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no Município de Pelotas a serem monitoradas, para isso o OSPEL manteve contato com a coordenação do projeto para constantes esclarecimentos e requerimento de informações.

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Pelotas	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O OSPEL deu sequência as visitas as obras que integram o Projeto Obra Transparente e acompanhou as sessenta e duas licitações lançadas no período.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Analisou novamente a quantidade de colaboradores na Prefeitura Municipal de Pelotas e realizou um Colóquio sobre a licitação do transporte público em Pelotas.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> O OSPEL trabalhou com a assessoria da câmara técnica do Projeto Obra Transparente e detectou alterações que poderiam ser feitas nos projetos que enfrentavam dificuldades. A partir dessas informações, foi montado e enviado um dossiê sugerindo essas alterações a Prefeitura Municipal de Pelotas e a Câmara de Vereadores (não houve resposta positiva).</p>
	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Analisou quais problemas levaram a ineficiência de obras públicas pelo projeto Obra Transparente, e avaliou o desempenho da administração de Pelotas em relação a outros municípios, apresentando os índices de desempenho da gestão.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Foram enviados quatro ofícios, e averiguou-se a frota de veículos da administração direta, apresentando em estatísticas suas principais características, como ano e modelo.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Aconteceu o Monitoramento das Obras Públicas Projeto obra transparente, verificando que o projeto condizia com o que se pedia no edital da licitação.</p>
	2020	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> No Programa de qualidade na Aplicação dos Recursos Públicos foi feito o monitoramento de despesas com gabinetes de vereadores e também foi feita a avaliação de uma série de indicadores de desempenho do município, entretanto o relatório não aponta se houve o envio de algum ofício que questione os resultados encontrados.</p>
Porto Alegre	2017	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O Observatório Social de Porto Alegre (OSPOA), analisou vinte e oito licitações, entretanto, encontrou dificuldades na realização dessa tarefa pela ausência de dados principalmente para acessar a dados como o orçamento de referência. Além disso, foi realizado mapeamento da distribuição da força de trabalho da CMPA em seus setores administrativos e nos gabinetes dos Vereadores (com base nas informações contidas no Portal da Transparência) sem nenhuma irregularidade encontrada.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> No segundo quadrimestre foram estudadas cinquenta e seis licitações e a partir delas aconteceram vinte e cinco interações, também avaliou de forma preliminar quais projetos tramitam na Câmara de Vereadores.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Entre as ações esteve a análise de vinte e uma licitações realizando algum tipo de interação em dez delas. Além disso foi monitorada a obra da Orla do Guaíba com envio de ofícios e de pedido de informação, monitorou a câmara municipal de vereadores com solicitações de esclarecimentos, informações, sugestões, ou outras solicitações que vão de encontro aos interesses do município.</p>

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Porto Alegre	2018	<p><b>Segundo quadrimestre:</b> Foram avaliados vinte e três editais com treze interações, e foi feito o acompanhamento protocolo de transparência de diferentes áreas da administração pública e apontando um total de dezesseis ineficiências encontradas.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Seguiu acontecendo o monitoramento de protocolo de compras públicas, sendo trinta e cinco ao total, monitorou o andamento de obras públicas em escolas, monitorou também vinte e seis pregões eletrônico.</p>
	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Mostra que seguiram sendo realizadas as atividades de acompanhamento de protocolos referentes a aplicação a Lei de Acesso a informação verificando as informações fornecidas. Também seguiu fazendo a análise de editais, monitoramento de compras públicas verificando o status das obras, se foram paradas, concluídas, canceladas ou se não começaram e por quais razões isso aconteceu.</p>
Santa Maria	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Santa Rosa	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
São Leopoldo	2017	<p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Aponta que houve o monitoramento de contratos e o monitoramento de algumas licitações com envio de questionamento sobre as características, os valores empregados e até mesmo erros de redação.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Foram monitoradas dezesseis das trinta e uma licitações publicadas pelo executivo. E feitas dezessete solicitações de esclarecimento, a maioria com questionamentos quanto aos preços e solicitações de mais dados.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Apresentou-se que as seguintes atividades estavam em andamento: Avaliação da transparência e do processo de contratos; avaliação merenda escolar; verificação da execução in loco de contratos do município; análise do Portal da Transparência do legislativo e elaboração de projeto para capacitação de Micro ou Pequena Empresa (MPEs) além disso, foram monitoradas 29 das 36 licitações no Executivo e FMS.</p>
	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Houve o acompanhamento de vinte e oito licitações, com recomendações visando adequação à legislação e economia ao erário público, iniciado o acompanhamento das compras do Legislativo e iniciada avaliação do Portal da Transparência do Legislativo.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Foram monitoradas trinta e sete das setenta licitações publicadas, a partir disso foram enviados quatorze ofícios, averiguou-se a participação das empresas do município nas licitações e foi encaminhado ofício ao poder executivo com sugestões para aumento da participação das empresas do município nas compras.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> Por fim no foram monitoradas quarenta das sessenta e seis licitações publicadas, e emitidos vinte e sete ofícios a partir desse monitoramento e acompanhados os valores gastos com a dispensa de licitações.</p>

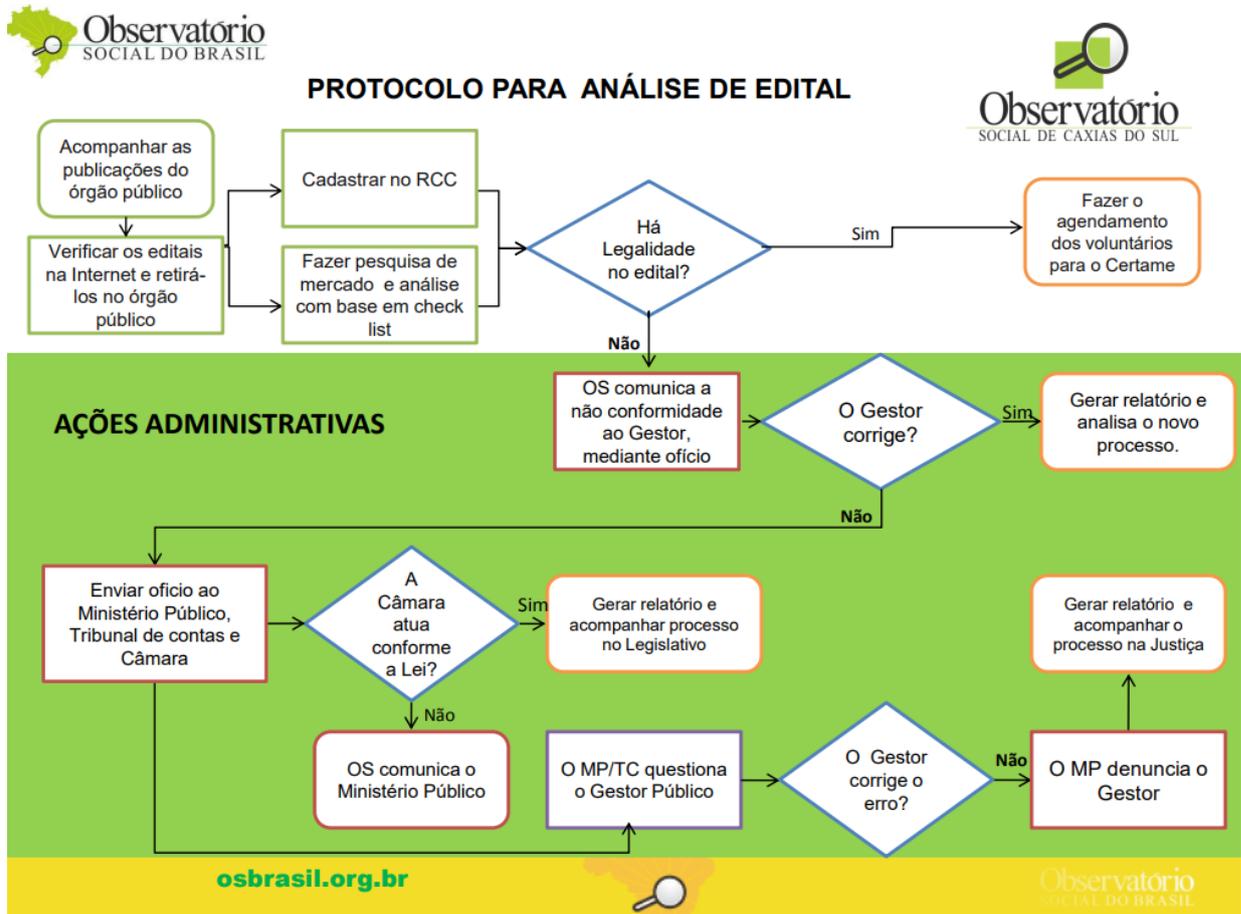
Município	Ano	Atividades desenvolvidas
São Leopoldo	2020	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> No primeiro quadrimestre ocorreu o acompanhamento de vinte das cinquenta e duas licitações publicadas, assim também se teve o acompanhamento de pregões, acompanhamento de compras diretas, acompanhamento de inexigibilidades e monitoramento da transparência. E atentos aos efeitos da pandemia do Covid-19 buscaram-se formas para intensificar o monitoramento das compras diretas dos poderes executivo e legislativo locais além disso, em razão do isolamento social, os ofícios estão sendo encaminhados eletronicamente.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Por fim no último quadrimestre de 2020 foram monitoradas quarenta e duas das sessenta e sete licitações publicadas, e a partir disso foram enviados nove ofícios. Nesse período surgiu a Força Tarefa Cidadã que consiste num conjunto de ações de monitoramento dos portais de transparência, realizado por voluntários e técnicos que participam do OSB, com foco na disponibilização de todas as informações e documentos relativos às despesas efetuadas pelos municípios e estados no enfrentamento à covid-19.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A partir da análise do relatório percebeu-se que entre as atividades mais recorrentes estão: o monitoramento de licitações; o envio de ofícios com questionamentos; o acompanhamento dos índices de gastos do município; as constantes comparações de gastos com pessoal e averiguação de contratações com valores incompatíveis; verificação da entrega de produtos adquiridos pela prefeitura a partir dos editais; e acompanhamento de obras públicas. Essas atividades estão de acordo com o que é apresentado por Aguiar (2015), que aponta que as principais ações de monitoramento são: análise jurídica de editais; acompanhamento de certames; pedidos de esclarecimentos de situações que correspondem aos ofícios; e representação perante o Ministério Público e à Câmara Municipal. Para Matiello (2018), as atividades executadas pelos OSs permitem uma maior transparência, além da melhoria institucional ao indicar problemas de escrita e falta de clareza nos editais, termos de referência, controles, possíveis desvios e falhas em procedimentos.

A realização de tais atividades se dá de forma planejada e com padrões éticos para que as ações não sejam tendenciosas ou partidárias. Além disso, Matiello (2018) descreve que quando as solicitações não são atendidas se desencadeiam mecanismos de punição no nível administrativo e políticos, seja pelo Tribunal de Contas e Ministério Público, ou até mesmo pela divulgação nos órgãos de imprensa. Para exemplificar melhor de que forma acontece a análise dos editais, o Observatório Social de Caxias do Sul disponibilizou, em seu primeiro relatório de 2017, um quadro com o passo a passo seguido por todos os OS que atendem ao protocolo da OSB, ocorrendo da como é apresentado na Figura 2:

Figura 2- Protocolo para análise de edital



Fonte: Observatório Social de Caxias do Sul (2017, p.15).

Mesmo que, por vezes, com mais ou menos intensidade, todas as atividades desenvolvidas e apresentadas permeiam o Controle Social dos recursos públicos municipais, através de ferramentas e técnicas pré-elaboradas, como a sequência apresentada no quadro. As informações encontradas nos relatórios analisados condizem com os resultados apresentados por Baptistucci (2011), tendo em vista que as atividades relacionadas ao controle social estimulam os poderes Executivo e Legislativo a agirem de acordo com a legislação e a respeitar parâmetros já estabelecidos. Ou seja, nessa perspectiva, as ações, interações ou programas realizados e apresentados no sitio eletrônico foram positivas para um maior cuidado com aquilo que é público, na busca por maior transparência, eficiência e efetividade no uso dos recursos financeiros nas políticas públicas do Município.

O trabalho de Alves (2014) aponta em uma perspectiva semelhante, ao referir a utilidade das ações desenvolvidas pelo OS no sentido de exigir do município em que está inserido que os recursos humanos, financeiros e tecnológicos sejam utilizados da melhor maneira possível.

Entretanto, não foi possível evidenciar uma interferência direta entre as ações realizadas e a contribuição para as diferentes áreas, pois as atividades apresentadas contribuem de forma geral, sem agir especificamente em uma área ou outra. A partir disso tem-se a importância dessas ações apenas pelo que elas podem melhorar indiretamente.

Sendo assim, o que é possível apontar é que, a partir dessas ações em prol da qualificação de gastos tem-se o que é apresentado por Oliveira e Bastos (2016), os quais destacam os investimentos públicos em diferentes áreas como um aspecto positivo, afirmando que a trajetória para um desenvolvimento mais inclusivo, que efetivamente leve a uma sociedade mais igualitária, deve passar por melhorias nos bens e serviços como saneamento básico, moradia, transporte, saúde e educação. O trabalho de Cruz, Teixeira e Braga (2011) apresenta um posicionamento muito similar, ao destacar que a educação e a saúde, assim como uma boa infraestrutura, afetam, positivamente, o rendimento *per capita* e a produtividade da economia, ou seja, promovem o desenvolvimento e a inclusão social.

Isso se torna ainda mais importante se considerarmos que, de acordo com Nova (2006), os gastos com educação contribuem fortemente para a melhoria no padrão de vida e conseqüentemente no bem-estar da população. No que se refere a importância dos gastos públicos em transporte, o posicionamento é similar, de acordo com Bertussi e Ellery (2012), ao concluir que o investimento público no setor de transportes provoca efeito positivo e significativo sobre o desempenho econômico dos estados brasileiros e contribui potencialmente para a redução da desigualdade de renda. Quanto aos gastos com serviços de segurança, Loureiro e Carvalho (2007) evidenciam que gastos públicos assistenciais bem aplicados dariam condições para que os seus beneficiários investissem mais em educação, por exemplo, reduzindo os incentivos e as problemáticas que, por vezes, levam um indivíduo a cometer o crime. Entretanto o estudo não foi conclusivo quanto a qualquer influência.

Ainda, colaborando com a construção desse pensamento, temos Bogoni, Hein e Bauren (2011) explicando que é relevante o papel do governo local no provimento de serviços públicos, pois estes, ao proverem melhores condições de infraestrutura, educação, saúde, habitação, entre outros, podem impulsionar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, gerar emprego e renda.

#### 4.2 CONTRIBUIÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS PARA O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O controle social dos gastos públicos, assim como das demais ações dos agentes públicos é um preceito estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988. Este controle social pode assumir diferentes formas, de acordo com as políticas públicas específicas e as respectivas esferas da Federação. Os Observatórios Sociais são uma forma de a sociedade civil organizada contribuir no controle social dos gastos e ações da administração pública. No quadro 3 são apresentadas as principais atividades realizadas pelos OSs do RS que contemplam, de alguma forma, o controle dos gastos públicos municipais.

Quadro 2 - Atividades que contribuem para o controle de gastos públicos

Município	Atividades desenvolvidas
Bento Gonçalves	Reunião com o Ministério Público; Reunião com o Prefeito e Secretários; Reunião com o Setor de Contabilidade para esclarecimentos e conhecimento do Portal da Transparência; Curso de Gestão Pública nos Poderes Executivo e Legislativo; Acompanhamento dos índices de Recursos Humanos (RH) do Poder Legislativo; Monitoramento de cargos comissionados; Monitoramento de Funcionários Terceirizados.
Cachoeirinha	Nenhuma informação publicada.
Caxias do Sul	Oficina Novos Mercados: Como Participar de Pregões – Observatório Social em parceria com o SEBRAE; Reunião com Secretaria de Recursos Humanos; Verificação de entrega de produtos de merenda escolar; Verificação de entrega de um Semirreboque na Secretaria de Obras; Curso Compras Governamentais em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
Cruz Alta	Nenhuma informação publicada.
Erechim	Parceria com conselhos municipais; Divulgação dos editais de licitações; Parcerias para capacitação das MPes; Acompanhamento da Audiência Pública de Prestação de contas do IEP e palestra com o Auditor-fiscal; Monitoramento das diárias; Participação na reunião do Comitê de Combate à Informalidade no Comércio; Sindilojas Capacitação do Compras Gov – RCC Licitações; Palestra do Feirão do Imposto – FAE; Reunião sobre Desenvolvimento Regional, convite da ACCIE; Capacitações no Programa MonitLegis – Monitoramento do Legislativo; Acompanhamento da Audiência do Reajuste salarial dos servidores do Legislativo e do Executivo de Erechim; Realizou um levantamento das ações dos vereadores na gestão atual; Discute saneamento básico para o futuro de Erechim; Envio de ofício com Sugestões medidas em decorrência da COVID-19; Apresentação para CODER do Projeto de Olho nas Eleições; Reunião com o Prefeito sobre o Ranking da Transparência COVID-19.
Farroupilha	Nenhuma informação publicada.
Gravatá e Glorinha	Prestação de Contas – Obra Transparente; Acompanhamento da Produção Legislativa – Glorinha.

Município	Atividades desenvolvidas
Guaíba	<p>Visitas a Unidades básicas de saúde para verificar existência de quadro informativo sobre plantões médicos;</p> <p>Análise dos gastos com medicamentos;</p> <p>Reunião com a Secretaria de Turismo e de Cultura (SETUDEEC);</p> <p>Medições das faixas de pedestres e eixo central;</p> <p>Averiguação de estruturas utilizadas nas festividades de Iemanjá Reunião com o Pedala Guaíba;</p> <p>Análise Financeira PM, Câmara de Vereadores e GUAIBAPREV;</p> <p>O Observatório Social de Guaíba (OSG) revisitou a Estratégia Saúde da Família (ESF) Ipê/Santa Rita, verificando que a mesma está em pleno funcionamento;</p> <p>Análise Funcional Prefeitura Municipal.</p>
Lajeado	Nenhuma informação publicada.
Pelotas	<p>Participação de Evento do TCE/RS de apresentação do LicitaCon;</p> <p>Avaliação do quantitativo de trabalhadores por setor da administração direta e indireta;</p> <p>Renovação do Termo de Cooperação Financeira com a ANABB;</p> <p>Projeto Obra Transparente, OSPEL executou atividades de monitoramento das obras locais;</p> <p>Apresentação e comparação entre indicadores de Gestão Municipal;</p> <p>Apresentação dos carros que constituem a frota do município, em especial os da Unidade básica de saúde;</p> <p>Análise das despesas com recursos humanos nos gabinetes dos vereadores.</p>
Porto Alegre	<p>Acompanhamento dos gastos com diárias;</p> <p>Análise sobre os Conselhos Municipais;</p> <p>Monitoramento da Câmara Municipal quanto ao número de servidores.</p>
Santa Maria	Nenhuma informação publicada.
Santa Rosa	Nenhuma informação publicada.
São Leopoldo	<p>Monitoramento de contratos de terceirizados;</p> <p>Solicitação de inclusão de informações no Portal da Transparência;</p> <p>Elaboração de projeto para capacitação de MPEs;</p> <p>Acompanhamento Produção do Legislativo;</p> <p>Mapeamento Estrutura de Conselhos Municipais;</p> <p>Verificação de Minuta e Contrato;</p> <p>Acompanhamento de Compras Diretas;</p> <p>Acompanhamento de Inexigibilidades;</p> <p>Encaminhamos ao município o guia Recomendações para Transparência nas Contratações Emergenciais em Resposta à COVID-19.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

As atividades de controle apresentadas são bastante diversificadas e se enquadram em diferentes projetos propostos pelos OSs. Percebe-se que são poucas as atividades que se repetem numa maioria entre os municípios, não havendo um padrão de quais atividades devem obrigatoriamente ser desenvolvidas. Entre as que mais ocorreram no período analisado estão: o monitoramento do quadro de funcionários; capacitação para participar do Licitacon; monitoramento de cargos comissionados; monitoramento de obras; reuniões e acompanhamento do trabalho do Legislativo; verificação de mercadorias recebidas; e encaminhamentos de sugestões e exigências.

Todas essas atividades contribuem, de alguma forma, direta ou indiretamente, para o controle de gastos. A começar pelas atividades relacionadas aos recursos humanos. O acompanhamento do quadro de funcionários e dos cargos comissionados busca reduzir excessos, avaliar se a quantidade de pessoas aumentou em uma proporção condizente com a realidade ou se o porte desse quadro poderia ser reduzido, e conseqüentemente, diminuídos os valores gastos com folhas de pagamento. Essa colocação vai de acordo com Santos (2018), que aponta a atuação dos OSs, tanto no poder Executivo Municipal como nas Câmaras de Vereadores, como uma ação em busca de mais transparência e do bom uso dos recursos financeiros nas políticas públicas do Município.

Já, as capacitações para participar do Licitação e demais capacitações similares para MPEs, atuam mostrando de que forma as empresas podem participar das licitações, quais os pré-requisitos e afins. Sua importância se dá por estimular a competitividade nas licitações e, conseqüente, reduzir os valores a serem homologados nas licitações. Essa ação vai de encontro com o exposto por Aguiar (2015), quando refere que, ao estimular a participação de pessoas e empresas no processo de controle de gastos, sob a premissa de que o que é público pertence a todos, motivo pelo qual deve ser controlado por todos, ampliar a participação em licitações é uma forma de descentralizar este acesso.

O monitoramento das compras feitas visa verificar se o que foi recebido está de acordo com o que foi solicitado, para que, quando o material recebido não atender as exigências, os valores sejam devidamente restituídos, evitado desperdício com compras que não suprem as expectativas ou necessidades do município. Entretanto, para realizar essa atividade é necessário ter abertura dos governantes, a partir de uma relação mais estreita com o OS. De acordo com Schommer e Moraes (2010), por vezes, podem ocorrer limitações quanto a isso, pois a capacidade de influência dos OS está em permanente construção, sendo necessário promover articulação entre técnica e política, para que ocorra o aprimoramento da administração pública.

No que se refere às atividades de monitoramento das obras, a partir do projeto Obra Transparente, tal atividade se mostra benéfica ao incentivar o cumprimento do projeto. Entretanto, de forma isolada, não é capaz de fazer do OSs um colaborador significativo para uma melhor infraestrutura nos municípios, tendo em vista que o projeto atende uma parcela muito pequena das obras realizadas, ao se limitar apenas a obras em escolas. Vale ainda destacar, que, não foi evidenciada nenhuma atividade de monitoramento ou averiguação do cumprimento da LRF, ou acompanhamento do percentual de gastos por área de forma mais abrangente.

### 4.3 REDUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS A PARTIR DA AÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

A seção a seguir apresenta os valores economizados direta ou indiretamente a partir da ação realizada pelos OSs nos municípios rio-grandenses que fazem parte da pesquisa, conforme os relatórios analisados. Para melhor demonstrar quais foram os montantes e em que período de tempo, as informações foram apresentadas separadamente no quadro 4:

Quadro 3- Montante de redução dos Gastos públicos

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Bento Gonçalves	2017	<b>Terceiro quadrimestre:</b> O trabalho de monitoramento, no ano de 2017, resultou em uma economia direta de R\$ 330.450,86 aos cofres públicos do município de Bento Gonçalves.
	2018	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Poder legislativo: O valor previsto para as licitações era de R\$ 115.036,69 e o valor homologado foi de R\$ 110.643,30, tendo R\$ 4.393,39 (4%) de economicidade pela própria equipe se licitações. Poder executivo: o valor previsto era de R\$ 19.207.915,85 e o homologado foi de R\$ 14.417.527,03 com economicidade de R\$ 4.790.388,00 (24%); observou-se que parte dos valores foram ofertados com preço bem abaixo da base.
	2019	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor previsto para as licitações era de R\$ 71.317,00 e o valor homologado foi de R\$ 59.672,00, apresentado uma economia de R\$ 11.699,00 (17%), a partir da própria equipe de licitações. <b>Segundo quadrimestre:</b> Nas compras e outros serviços o valor previsto para as licitações era de R\$ 39.697.099,44 e o valor homologado foi de R\$ 34.379.465,80. Nesse caso, a economicidade gerada sem qualquer interferência foi de R\$ 5.317.634,00 (13%).
Cachoeirinha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Caxias do Sul	2017	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor estimado para as licitações era de R\$ 26.500.00,00. <b>Último semestre:</b> O valor estimado para essas licitações era de R\$ 26.471.169,94 e o valor homologado R\$ 24.882.464,85. Desta forma o valor de economia monitorada foi de R\$ 1.588.705,09.
Cruz Alta	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Erechim	2017	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor máximo orçado era de R\$ 599.844,88 e o valor licitado foi de R\$ 476.810,91 apresentando uma diferença de R\$ 123.033,97 (25,80%), economia essa gerada pelo município. <b>Segundo quadrimestre:</b> O valor máximo previsto era de R\$ 9.488.33,06 e o valor licitado R\$ 5.471.389,73 sendo assim a economia gerada pelo município foi de R\$ 4.017.013,33 (73,42%).

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Erechim	2017	<b>Terceiro quadrimestre:</b> Economia produzida pelo município nas licitações analisadas no período foi de R\$ 660.214,58 o correspondente a 1,48% do valor total, (os valores de referência estão cortados no relatório).
	2018	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor máximo no orçamento era de R\$ 1.408.341,52 e o valor licitado foi R\$ 991.612,07, a economia produzida pelo município nas licitações analisadas foi de R\$ 416.729,45 (1,42%).
	2019	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor máximo orçado era R\$5.212.547,72e o valor licitado foi de R\$4.124.013,43 a economia para Erechim foi R\$ 925.688,89. <b>Segundo quadrimestre:</b> O preço máximo apresentado era de R\$ 7.851.435,72 e o preço licitado foi R\$ 5.296.633,13, ou seja, se teve uma economia de R\$ 1.053.635,38 neste período. <b>Terceiro quadrimestre:</b> O preço máximo era de R\$ 1.949.355,71 e o valor licitado foi de R\$1.674.877,66 a economia foi de R\$ 274.478,05.
	2020	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Entre as licitações acompanhadas o preço máximo era de R\$ 1.441.302,22 e o preço licitado R\$ 1.102.007,08, desta forma a economia produzida foi de R\$ 339.295,14. <b>Segundo quadrimestre:</b> O valor máximo estipulado era R\$ 25.747.235,29 e o valor licitado foi R\$ 23.502.403,08 gerando para o município uma economia de R\$ 2.244.832,21.
Farroupilha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Gravataí e Glorinha	2018	<b>Terceiro quadrimestre:</b> A página para a qual foi direcionado não existe ou foi desativada do site do Observatório Social do Brasil.
	2019	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O total dos Pregões foi R\$ 49.920.565,95 e a economia gerada foi de R\$ 1.389.000,00 para o período.
Guaíba	2017	<b>Terceiro quadrimestre:</b> Apresentou uma economia direta de R\$ 43.163,33 e a economia indireta R\$ 154.789,85 somando as duas temos um total de R\$ 197.953,18economizados.
	2018	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor de referência era R\$ 1.878.588,01 R\$ 1.416.878,14 sendo assim o valor economizado pela prefeitura foi de R\$ 461.709,87 (36%). <b>Segundo quadrimestre:</b> Valor de referência R\$ 982.814,86 e o valor homologado foi inferior com R\$ 892.420,54, a economia produzida foi de R\$ 90.394,32 (9,19%). <b>Terceiro quadrimestre:</b> O valor de referência estipulado foi R\$ 1.799.568,53 enquanto o valor homologado foi de R\$ 1.426.095,77 gerando uma economia de R\$ 373.472,76 (20,75%).

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Guaíba	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor de referência era de R\$ 1.878.588,01 e o valor homologado foi de R\$ 1.416.878,14, apresentando uma economia para os cofres públicos de R\$ 461.079,87.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> Estimula-se que o valor de referência foi R\$ 3.150.324,95 e o valor homologado R\$ 2.908.613,82 com uma diferença de R\$ 241.711,13 nos pregões analisados.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> O valor de referência estipulado era de R\$ 1.595.431,46 e o valor homologado R\$ 1.340.322,54, sendo assim a economia foi de R\$ 255.018,92.</p>
	2020	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor de referência foi de R\$ 745.228,31 e o valor homologado R\$ 604.460,79 apresentando uma diferença de R\$ 140.767,52.</p>
Lajeado	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Pelotas	2017	<p><b>Todos os quadrimestres:</b> Não apresentaram valores.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Valor máximo das licitações foi R\$ 22.146.710,13 e o valor licitado R\$ 7.902.767,53, não foi estipulado o valor economizado pois algumas licitações analisadas ainda estavam em andamento.</p> <p><b>Segundo e terceiro quadrimestre:</b> Não apresentaram valores.</p>
	2019	<p><b>Todos os quadrimestres:</b> Não apresentaram valores.</p>
	2020	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> Não apresentou valores.</p>
Porto Alegre	2017	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> A economia produzida nesse período foi de R\$ 12.864.094,02, sem considerar a economia dos pregões eletrônicos do DMAE, pois não forneceram o valor de referência para realizar o cálculo.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> A economia pelo município nas licitações foi de R\$ 16.065.848,66 com base nos registros de preço.</p>
	2018	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor de referência era R\$ 43.666.483,83 e valor homologado foi de R\$18.502.959,10 apresentando para o município uma economia de cerca de R\$ 22.556.639,62.</p> <p><b>Segundo quadrimestre:</b> O valor de referência é de R\$ 55.638,98 e o valor homologado R\$ 27.990.681,88 apresentando uma economia de R\$27.647.618,10 produzida pela própria equipe de licitações do município.</p> <p><b>Terceiro quadrimestre:</b> O valor de referência era R\$ 70.933.360,32 e o valor homologado era de R\$ 55.962.908,73, sendo assim a economia gerada no município foi R\$ 14.980.451,56.</p>
	2019	<p><b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor de referência para as licitações era de R\$217.128.233,18 e o valor homologado R\$127.640.173,70 a economia produzida com compras públicas foi R\$ 89.488.059,48.</p>

Município	Ano	Atividades desenvolvidas
Santa Maria	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Santa Rosa	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
São Leopoldo	2017	<b>Terceiro quadrimestre:</b> Não foi possível mensurar a economicidade.
	2018	<b>Primeiro quadrimestre:</b> O valor orçado era de R\$ 3,86 bilhões para o período e o valor licitado foi de R\$ 3,53 bilhões, apresentando uma economia de R\$ 333,88 milhões para os cofres públicos do município. <b>Segundo quadrimestre:</b> O valor orçado era de R\$ 7.009.650,25 e o valor licitado foi de R\$ 5.983.973,45 apresentando uma economia de R\$ 1.025.676,80 (14,63%).
	2019	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Não apresentou dados sobre a economicidade. <b>Segundo e terceiro quadrimestre:</b> Os dados sobre economicidade não apresentaram clareza.
	2020	<b>Primeiro quadrimestre:</b> Existem licitações em que o valor de referência não consta no edital, por esta razão não é possível estimar a economia gerada. <b>Segundo quadrimestre:</b> Existem órgãos que não informam o valor de referência dos itens ou do objeto, por esta razão, não é possível apresentar a economia gerada no período.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A partir da consulta dos documentos disponibilizados no sítio eletrônico do sistema OSB que assim como em outras temáticas os valores economizados não são disponibilizados por todos os municípios. Dentre os municípios selecionados Cachoeirinha, Cruz Alta, Farroupilha, Lajeado, Santa Maria e Santa Rosa não disponibilizaram nenhum parâmetro de valores que possibilitasse uma avaliação.

Entre os municípios restantes é possível realizar uma divisão entre os que apresentaram a economia gerada diretamente pelas ações que realizaram e os que apresentam a economia gerada no período de forma indireta. Ainda, nesses casos, muitos municípios não apresentaram todos os valores, alguns pela ausência de valor de referência para calcular a diferença, outros pois as licitações analisadas ainda estavam em andamento, não havendo um valor final.

Neste cenário, temos que Bento Gonçalves foi o único município a apresentar o montante economizado em decorrência da atuação direta do Observatório, registrando o valor de R\$ 330.450,86 economizados ao longo de 2017. A importância desse valor é relativa, porém, se considerarmos que se trata da economia de apenas um ano em um só município, a mesma se

mostra significativa. Entretanto, se avaliarmos essa como a única economia direta em um conjunto de quatorze municípios, ao longo de cinco anos, o valor se mostra pouco significativo.

Quanto aos valores economizados pelos próprios municípios, podendo ou não ser influenciados, de alguma forma, pelo trabalho realizado pelos OSs, o montante é maior do que o que mostrado anteriormente. Sendo que, no município de Bento Gonçalves, o montante economizado de forma indireta foi de R\$ 10.124.144,39; em Caxias do Sul foi de R\$ 1.588.705,09; em Erechim foi de R\$ 9.394.706,42; em Gravataí e Glorinha foi de R\$ 1.388.000,42; em Guaíba foi de 2.222.107,57; em Porto Alegre foi de R\$ 170.738.614,42e em São Leopoldo foi de R\$ 34.413.676,80. Na soma destes valores economizados se chega ao total de R\$ 229.970.927,69, nos últimos cinco anos.

Neste sentido, os valores totais encontrados diferem dos identificados por Santos (2018), em estudo similar. Primeiramente por se trataram de períodos diferentes, pois este analisou toda a trajetória dos OSB até o ano de 2018, enquanto esta pesquisa se concentra nos últimos cinco anos, ou seja, de 2017 a 2021. Outro aspecto a destacar é que, neste período, ocorreu, inclusive, a remoção de alguns relatórios dos sítios eletrônicos.

Embora esse trabalho concorde com o posicionamento de Santos (2018), de que a ação preventiva dos OSs é responsável por gerar economia para os municípios, não há consenso quanto à classificação dos valores, tendo em vista que o autor considerou todos os valores economizados pela própria equipe de licitações ou economizados sem interferência do OSs como consequência do trabalho dos OSs nos municípios. É evidente que o ato de fiscalizar tende a inibir desvios, mas não é viável considerar valores milionários de economia sem nenhuma ação direta. Desta forma o valor economizado se resume aos R\$ 330.450,86 obtidos a partir da ação direta no município de Bento Gonçalves, mantendo-se distante dos valores milionários sugeridos. O que permite concluir que os valores economizados de forma direta são rasos em relação ao montante economizado de forma indireta, demonstrando uma atuação pouco relevante para redução efetiva dos gastos públicos municipais.

## 5 CONCLUSÕES

O controle social vem ganhando espaço cada vez maior na mídia e no dia a dia da população a partir do entendimento de que é necessário desenvolver ações em conjunto com a sociedade para que aquilo que é público seja melhor aproveitado. Nesse sentido os Observatórios Sociais surgem como um meio de efetivar o controle social, a partir da realização de atividades de monitoramento e controle, que envolvem a sociedade civil. Esta pesquisa focou na importância da implementação dos Observatórios Sociais no Rio Grande do Sul para qualificação dos Gastos Públicos Municipais, tendo como objetivo principal avaliar a contribuição dos mesmos na qualificação e controle dos gastos públicos municipais.

A partir da análise dos documentos disponibilizados no sítio eletrônico do sistema OSB foi possível identificar ações desenvolvidas pelos Observatórios Sociais dos municípios gaúchos e apontar algumas contribuições à qualificação e controle dos gastos públicos. Tendo presente os objetivos específicos A e D, foi possível apontar a presença de ações preventivas, principalmente no acompanhamento de editais e envio de ofícios. Tais ações têm potencial para influenciar processos licitatórios a se desenvolverem de forma mais eficiente, optando por produtos e serviços que realmente se enquadrem às necessidades dos municípios, favorecendo diferentes áreas como saúde, educação, infraestrutura, emprego e renda.

Quanto ao objetivo B, que buscava verificar a contribuição dos Observatórios Sociais para o controle dos gastos públicos municipais, a construção do quadro possibilitou verificar atividades mais variadas e menos padronizadas do que as que compõe o objetivo anterior, não sendo possível afirmar em que grau as atividades contribuem para o controle de gastos. O que se pode inferir é que a maioria delas apenas induzem um maior controle, sem agir diretamente para que isso aconteça, como é o caso do acompanhamento do quadro de funcionários e do envio de questionamentos que podem resultar em um maior controle dos valores gastos com pessoal, entretanto, não há nenhuma informação, nos relatórios, comprovando que isso de fato ocorreu.

Por fim o objetivo C foi atendido ao verificar-se, nos relatórios de Transparência e Economia, os valores economizados em licitações, tanto o que foi economizado em decorrência da ação direta dos observatórios quanto o que foi economizado pela própria prefeitura do município em que o OSs está inserido. O resultado disso foi uma quantia bem considerável de valores economizados sem intervenção dos OSs, ou seja, que pode ou não ter recebido alguma

influência pelas atividades desenvolvidas, e apresentando um montante pouco significativo de economia gerada diretamente pela ação dos OSs. Sendo assim, o valor economizado se mostra irrelevante diante das inúmeras atividades desenvolvidas para que ele fosse obtido, trata-se de um esforço muito grande em função de um valor pequeno, e que no caso desse estudo foi encontrado em apenas um dos quatorze municípios estudados.

Diante dos resultados apresentados é possível dizer que os OSs desenvolvem atividades que contribuem para o controle social, mas que, ainda tem uma longa jornada de aprimoramento para que seus resultados sejam de fato significados para a sociedade e reduzam de forma mais efetiva os gastos públicos municipais nos locais pesquisados.

Dentre as principais limitações desta pesquisa estiveram o os impasses para obtenção de informações e o não recebimento de retorno dos questionários enviados por parte dos OSs do RS. O que ocasionou mudanças na captação e análise dos dados, sendo os dados e os resultados do objetivo A e D apresentados de forma conjunta, visando evitar a redundância de dados e uma apresentação extensa em decorrência de repetições que pouco agregam em conteúdo. Originalmente, a busca por informações viria a ocorrer a partir do contato direto com cada um dos observatórios apresentados na população desta pesquisa e o envio de um questionário a ser respondido pelos mesmos. Entretanto, uma série de empasses fez com que tal formato se fizesse inviável, exigindo redefinições ao longo da realização da pesquisa.

Vale destacar ainda, que a ausência de respostas por parte dos Observatórios prejudicou de forma direta o desenvolvimento desta pesquisa. Além do longo período perdido na espera de respostas, o ocorrido representa a falta de comprometimento e transparência para com quem solicita informações, o que é, no mínimo contraditório, tratando-se de uma organização que cobra transparência e pronta disponibilidade de respostas dos órgãos públicos.

Restando como possibilidade apenas os relatórios de atividades disponibilizados no site do OSB, foram analisados quarenta e oito relatórios dos quatorze municípios. O material disponibilizado pareceu, em certos pontos, pouco claro, com uma série de abreviações e com diferentes formatos de apresentação de um município para o outro. Predominaram as apresentações em formato de slide, com quadros que, por vezes, tinham uma descrição incompleta; ‘prints’ que mostravam o que o OS analisou nos portais da transparência, mas que não continham nenhuma explicação sobre o que se concluiu ou o que foi feito a partir da extensa análise; entre outras análises que mostravam a realização de ações, mas não apresentavam quaisquer resultados para a comunidade, a partir delas. Em resumo, os dados apresentados pelos

relatórios não permitiram uma análise mais completa que contemplasse separadamente aos quatro objetivos propostos, sendo necessário reduzi-los a apenas três objetivos. Recomenda-se, com isso, um maior comprometimento com a transparência e com a qualidade das informações disponibilizadas, e uma maior padronização do que e como deve ser feito.

O estudo aponta para a necessidade de realizar pesquisas futuras para atender as lacunas ainda existentes neste tema, a começar pela influência, positiva ou negativa, da pandemia de Covid-19 na interação em atividades relacionadas ao controle social; também buscar identificar qual é o perfil dos voluntários do OSs; e, por fim, buscar se existe ou não uma relação entre a presença de universidades no município e a participação de atividades de controle social e afins.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Fernando Gonçalves de. **Accountability societal no observatório social do Brasil**. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27501#:~:text=https%3A//bdm.unb.br/handle/10483/27501>. Acesso em: 16 set. 2021.
- AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. **A construção da cidadania por meio da educação fiscal: uma análise dos observatórios sociais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza-CE, p. 192, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12821>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- AGOSTINETO, Raquel Crestani. **Caracterização dos observatórios sociais instalados no Brasil e a contribuição potencial da contabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Ciências Contábeis, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121330/304335.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- ALBARELLO, Cristiane Botezini. O PAPEL DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 5 n. 9, p. 49-71, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/878-3766-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 jul. de 2021.
- ALCÂNTARA, Rafael Rodrigues de. **Transparência pública municipal e desenvolvimento humano local**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Instituição Brasiliense de Direito Público, Escola de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2684/1/Rafael%20Rodrigues%20de%20Alcantara.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira. Pesquisar-formar, formar-pesquisar: uma proposta de registro para caminhos percorridos. **Psicologia da Educação**. n. 18, São Paulo, p. 189- 200, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/30699-Texto%20do%20artigo-81983-1-10-20161202.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.
- ALVES, Márcia Dornelas. **Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos: Atuação do Observatório Social (OS)**. Monografia (graduação) - Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil, Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11196#:~:text=https%3A//bdm.unb.br/handle/10483/11196>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- AMORIM, Octavio Neto; SIMONASSI, Andrei Gomes. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p 704-725, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TP9LNc6zf5Y3smDkj3CyCbF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ANACLETO, Elaine Aparecida Martins; CABRAL, Eloísa Helena de Souza; ÂLCANTARA, Valderí de Castro; ANDRADE, Vitor Anacleto Rodarte. Minipúblicos e deliberação em compras públicas: Um estudo no Observatório Social do Brasil de Piumhi. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3515/351566982002/351566982002.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; TELES, Vladimir Kühl. Política Fiscal e Crescimento Econômico: Aspectos Teóricos e Evidências Empíricas para as Regiões Brasileiras. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 676-690, 2001. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2291/1/2001\\_art\\_raarraes.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2291/1/2001_art_raarraes.pdf). Acesso em: 25 jul. 2021.

ARRUDA, Ângela Maria Furtado; TELES, José Sinval. A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/3/5>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ASAI, Guilherme; CORRÊA, Alexandre de Souza. Economia brasileira em crise: perspectivas dos gastos governamentais e seus impactos no crescimento econômico e no bem-estar social pós-crise da Covid-19. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Economia**, 2020. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1552/EGC-restric%CC%A7a%CC%83o-de-consumo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

ASSIS, Paloma Carpena de; GODOY, Amália Maria Goldberg. A GOVERNANÇA FORMAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ. **Arquivos do Mudi**, v. 16, n. 1/2/3, p. 1-9, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/20968>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BANHOS, Marllon da Silva; SEIXAS, Renato Nunes de Lima. Controle social da administração pública por agentes privados: avaliando o impacto dos observatórios sociais nas despesas dos municípios do Paraná. **Economia Aplicada**, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/162776>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BARROS, Jones Nogueira; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque; SOBRINHO, Mario Vasconcellos. OBSERVATÓRIO SOCIAL: participação da sociedade civil nas políticas públicas no município. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/371-1452-1-PB.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

BAPTISTUCCI, Fabiana Feijó de Oliveira. **Observatórios sociais como instrumento de controle social na gestão dos recursos públicos – uma estratégia para a educação fiscal? O caso do Observatório Social de Maringá (OSM)**. Monografia (Pós-graduação) - Trabalho de conclusão de curso em Especialização em Educação Fiscal e Cidadania, Escola de Administração Fazendária (Esaf), Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3970#:~:text=http%3A/repositorio.enap,Compartilhe%3A>. Acesso em: 16 jan. 2022..

BÉRTOLO, Ana Rita Fonseca; VICENTE, Débora Dias; MARTINS, Luís Miguel Antunes; MARQUES, Tiago Alexandre Gouveia. A corrupção na Administração Pública: Estatísticas

- Oficiais e Percepção. **Valorizamos Pessoas**. Lisboa, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/ACorruptonaAdminitraoPblica.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BERTUSSI, Geovana Lorena; JUNIOR, Roberto Ellery. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. *JTL-RELIT | Journal of Transport Literature*, Manaus, v. 6, n. 4, p. 101-132, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jtl/a/GjQrGwXpLMKzdgDFn6HxQwn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- BIASATO JR, Geraldo; AFONSO, José Roberto. Oferta de infraestrutura e desenvolvimento econômico: os desafios do investimento público no Brasil. **Caderno Virtual**, v. 2, n. 14, 2007. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/72/48>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- BOGONI, Nadia Mar; HEIN, Nelson; BAUREN, Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública- RAP**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/cMt6MLW3CJHJkpXjTFkK7rc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BONA, Rodrigo da Silva; BOEIRA, Sérgio Luís. OBSERVATÓRIO SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS ORGANIZACIONAIS DO CONTROLE SOCIAL. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 75, p. 215-234, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73946>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BRASIL. **Observatório Social do Brasil**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BRASIL. **Observatório Social do Brasil - Pará de Minas**, Pará de Minas- MG, 2021. Disponível em: <http://osbparademinas.org.br/institucional/observatorio-social-do-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. **Observatório Social do Brasil**. Relatório do 1º quadrimestre. Caxias do Sul, p.15, 2017. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/rio-grande-do-sul-caxias-do-sul/>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. **Controle social: orientações aos cidadãos para a participação na gestão pública e exercício do controle social**. Coleção Olho Vivo. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial2012.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2021.
- BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 109, p. 126-150, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NkpLbcXZf5mPHkHrksGGXnf/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BUONO, Rafaela Marçal; NICOLÁS, Maria Alejandra. Controle social: as ações do Observatório Social (OSFI) em Foz do Iguaçu (PR/ Brasil). **Revista CGU**, v. 12, n. 22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v12i22.393>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- BUSSATO, Leonardo Maranhão. **Análise da Efetividade da Despesa Pública dos Municípios do Rio Grande do Sul**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Especialização) -Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71087/000879040.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 14 jul. 2021.

CALDAS, Olavo Venturim; COSTA, Cristiano Machado; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 237-264, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/njQF78xnQLvsKFNY7MmPQQN/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 29 jun. 2021.

COELHO, Udmila Araújo Abreu; PEREIRA, Júlia de Jesus; FERREIRA, Juliana Domingos; SANTANA, Bianca Teixeira; PAPANANA, Anete Pereira Florencio; SANTOS, Jean Conceição Dos. **Observatório da Despesa Pública e Observatório Social do Brasil como mecanismos de controle, fiscalização e participação social**. 4º Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Universidade Federal Fluminense (UFF/ICHS), 2019. Disponível em:

<http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/arquivos2019/administracao-e-contabeis/observatorio-da-despesa-publica-e-observatorio-social-do-brasil-como-mecanismos.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COTTA, I Rosângela Minardi Mitre; CAZAL, Mariana de Melo; RODRIGUEZ, Jôsi Fernandes de Castro. Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des) informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 419-438, 2009. Disponível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/Participa%C3%A7%C3%A3o,%20Controle%20Social%20e%20Exerc%C3%ADcio%20da%20Cidadania%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Participa%C3%A7%C3%A3o,%20Controle%20Social%20e%20Exerc%C3%ADcio%20da%20Cidadania%20(1).pdf). Acesso em: 09 jan. 2022.

COSTA, Elizangela Matos; CARVALHO, Adriana Santos Caparróz; ROSA, Michele Jackeline Andressa; NEDER, Renato; COSTA, Sandro Ribeiro. Estratégias de captação de recursos do Observatório Social de Sorriso- Mato Grosso, Brasil. **Revista ESCUELA DE ADMINISTRACIÓN DE NEGOCIOS- EAN**, n. 86, p. 151-168, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.21158/01208160.n86.2019.2299>. Acesso em: 4 set. 2021.

COSTA, Teresa et al. A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. **In: Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas**, n. 11, 2012, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. Disponível em:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CRUZ, Aline Cristina; TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José. O efeito dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, 2011. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/000-99744ee9d61827545cb717f7f8bfa51b.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DEGENHART, Larissa; VOGT, Mara; ZONATTO, Vinícius Costa da Silva. Influência dos gastos públicos não crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste Faz Brasil. **REGE - Revista de Gestão**, Blumenau, v. 23, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.06.005>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

DINIZ, Josedilton Alves; MACEDO, Marcelo Alvaro da; CORRAR, Luiz João.

MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA FINANCEIRA MUNICIPAL NO BRASIL E SUA

RELAÇÃO COM OS GASTOS NAS FUNÇÕES DE GOVERNO. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 83, 2012. Disponível em:

[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/1347/1234](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1347/1234). Acesso em: 29 jun. 2021.

DOMINGUES, Giovana de Sousa. **A participação do Observatório Social do Brasil como agente democrático de controle e fiscalização da gestão pública municipal**. 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/21553>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FAVENI, Equipe Pedagógica. **Apostila Metodologia Científica**, Espírito Santo, 2012.

Disponível em: <http://ava.institutoalfa.com.br/tcc/apostila-de-metodologia-cient%20C3%ADfca.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

FERREIRA, Alan Roberto; OLIVEIRA, Margarete Cleia de; SILVA, Iara Maria de Sousa e. **A dificuldade do Estado em implementar uma política de controle social**. (Especialização em Gestão de Políticas Públicas) - Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/25/A%20dificuldade%20do%20Estado%20em%20implementar%20uma%20poli%20tica%20de%20controle%20social.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-421, 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/8vW5w5whdMLRD3sqWPV6fpg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

FILIPPIM, Eliane Salete; ROSSETTO, Adriana Marques; ROSETTO, Carlos Ricardo.

Abordagens da administração pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional: o caso do Meio Oeste Catarinense. **Cadernos EBAPE.BR**, v.8, n.4, p.734-752, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000400011>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. Atlas, Grupo GEN, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012934/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml10%5D!/4/2/4>. Acesso em: 13 set. 2021.

GOMES, Dirceu Herrero. **Uma sociedade no comando do seu destino- a história Observatório Social de Maringá**. Maringá, 2020. Disponível em:

<http://observatoriosocialmaringa.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Livro-Observatorio-Social-de-Maringa-Edicao-2020.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **O direito dos gastos públicos no Brasil**. São Paulo Grupo Almedina, 2015. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584930708/pageid/102>. Acesso em: 10 set. 2021.

GOULART, Jeferson Lopes; TROIAN, Alessandra; QUISPE, Jordy Navarrete. Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil. **Desenvolvimento**

**em Questão**, v. 18, n. 51, p. 113–128, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.51.113-128> .Acesso em: 22 de jun. 2021.

HERMANY, Ricardo; CAMARGO, Daniela Arguilar. Judicialização das políticas públicas: desafios frente a gestão financeira dos municípios brasileiros. **Revista Derecho y Salud | Universidad Blas Pascal**, v. 2, n. 2, p. 23-40, 15 nov. 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.37767/2591-3476\(2018\)03](https://doi.org/10.37767/2591-3476(2018)03). Acesso em: 5 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 set. de 2021.

LEITE, Geraldo Alemandro Filho Leite; FIALHO, Tânia Marta Maia. Efeitos dos Indicadores de Qualidade da Gestão Pública Municipal nos Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. **Contabilidade e Controladoria no século XXI**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/37.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Dez Anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: Avanços e Percalços. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 8, n. 1, p. 11-46, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v8i1.74>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LINDEMEYER, Fernanda Matsukura. **ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS EM REDE: ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SÃO JOSÉ, SOB A ÓTICA DA GESTÃO SOCIAL**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Administração para a obtenção do Grau de Mestre em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182086>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LOUREIRO, André; CARVALHO, José Raimundo. O impacto dos Gastos Públicos sobre a Criminalidade no Brasil. **DESIGUALDADES E POLÍTICAS REGIONAIS**, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1039/1/2007\\_CapLiv\\_aloureiro.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1039/1/2007_CapLiv_aloureiro.pdf). Acesso em: 23 jul. 2021.

LUCAS, Miriã de Sousa; WROBLEVSKI, Bruno; PARRÉ, José Luís; BONDEZAN, Kézia de Lucas. Alocação do Gastos Públicos e Desenvolvimento Econômico: um estudo para a região Sul do Brasil sob a ótica espacial. 2010. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files\\_I/i2-b7e63b8ede295df1e6d5dad94df814a9.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_I/i2-b7e63b8ede295df1e6d5dad94df814a9.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de Administração Pública, RAP**, Rio de Janeiro, v. 44(4), p.791-820, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/sYYrhjhyGpwryFBcPP7xjzfz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 7º edição, Grupo A, Bookman. Porto Alegre, 2019. Disponível em: Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605103/pageid/286>. Acesso em: 13 set. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 8ª edição, Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597010770/epubcfi/6/34%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dbody017%5D!/4>. Acesso em: 13 set. 2021.

MATA, Pablo Bitencourt Vieira Amora da; SANTOS, Luzia Nunes dos. **Problemas causados pelo desvio de dinheiro dentro da gestão Pública**. Faculdade DOCTUM João Monlevade Instituto Ensinar Brasil - REDE DOCTUM DE ENSINO, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2110>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MATTIELLO, Karla. **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ: as ações e os efeitos sobre a gestão pública**. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24922/Tese%20-%20Kerla%20Mattiello.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p.71, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13520/14207>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; ZUZA, Maria Rachel dos Santos; ARCHANJO, Daniela Resende. Participação e accountability social: estudo a partir da experiência de dois observatórios sociais do litoral do Paraná. **Revista Política e Planejamento Regional – RPPR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 101 – 124, 2018. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Participacao-e-accountability-social-estudo-a-partir-da-experiencia-de-dois-observatorios-sociais-do-litoral-do-Parana.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MONTEIRO, Jorge Vianna. Comportamento ético, falha intelectual e transferência de ênfase (A conjuntura das escolhas públicas). **Revista de Administração Pública- RAP**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p.1523- 1534, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rZbqmvTHCJbK6YgTTSzpGBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MORGEROT, Daniel. **O Observatório Social como instrumento de controle da Administração Pública na busca da prevenção e do combate à corrupção e na promoção da cidadania**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669#:~:text=https%3A//repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MORTINHAGO, Fernando Barros. **Cidadania participativa e controle social: a experiência do observatório social de Criciúma/SC**. Dissertação (Mestrado) - Área de Concentração em Direitos Humanos e Sociedade, Linha de Pesquisa em Direito, Sociedade e Estado, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7004>. Acesso em: 16 set. 2021.

MOUTINHO, José da Assunção. Transferências voluntárias da União para os municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 1, p 151-166, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/cMyN7mCMBcsHPBMmSQsN4cd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Lei Complementar nº 101/2000.

**Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Tesouro Nacional. v. 2. 2000. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:27789](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:27789). Acesso em: 20 jan. 2022.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: [encurtador.com.br/btwzZ](http://encurtador.com.br/btwzZ). Acesso em: 11 set. 2021.

NOVA, Milton Jaques da. **O Impacto dos Gastos Públicos no índice de desenvolvimento Humano: O Caso dos Municípios do Ceará.** Dissertação (Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Economia) Área de concentração em Economia de Empresas, da Universidade Federal do Ceará – CAEN. Fortaleza, 2006. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5589/1/2006\\_dissert\\_mjnova.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5589/1/2006_dissert_mjnova.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

NUNES, Jaques. **OBSERVATÓRIO SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.** 2011. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121344/304503.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, Aline Sant Anna de; HASEGAWA, Marcos Minoru; THOMAZ, Rodrigo Alan. GASTOS PÚBLICOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS PARANAENSES. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 4, p. 397-416, 2019. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/311>. Acesso em: 24. jul. 2021.

OLIVEIRA, Bruno Rodas; BASTOS, Carlos Pinkusfeld. Desenvolvimento Econômico e Provisão de Bens e Serviços Públicos: Aspectos Teóricos deste Debate. **Instituto de Economia.** UFRJ, 2016. Disponível em: [https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2016/06/TD\\_IE\\_021\\_2016\\_OLIVEIRA\\_BASTOSv.2.pdf](https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2016/06/TD_IE_021_2016_OLIVEIRA_BASTOSv.2.pdf). Acesso em: 10 de set. 2021.

PELEGRINI, Simone. A Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações nas esferas municipais. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 168-185, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v11i2.304>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PIRES, Atrícia Menezes. **TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/ RS.** Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Santa Maria, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/138/Pires\\_Atricia\\_Menezes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/138/Pires_Atricia_Menezes.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 jul. 2021.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. Controle Social na Administração Pública: a Importância da Transparência das Contas Públicas para inibir a Corrupção. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 3, art. 2, p. 23-43, 2010. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/250/85>. Acesso em: 2 ago. 2021.

RODRIGUES, Rodrigo Viela; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Gasto Público e Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Gastos das Esferas de Governo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 4, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/b9V4VvJssFh9f87j3mXJV5S/?lang=pt#>. Acesso em: 18 de jul.

2021.

SAGER, Ian; BOSSI, Alexandre. Observatórios Sociais: O poder do cidadão. **Democracia e Direito**. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em:

[http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp/20180723153637\\_41\\_Observatorios\\_sociais\\_Ian\\_Sager.pdf](http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp/20180723153637_41_Observatorios_sociais_Ian_Sager.pdf). Acesso em: 18 jun. 2021.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil.

**SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 4-22, 2012. Disponível em:

<https://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2012v14n2p4>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Gerson Luis dos. **Participação do controle social na gestão pública através dos observatórios sociais no Rio Grande do Sul**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/943>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SCUR, Rosane Boelter; PLATT, Orion Augusto Neto. Diagnóstico da dependência dos repasses federais e estaduais no município de Canela- RS. **Revista Catarinense da Ciência Contábil- CRCSC**, Florianópolis, v. 10, n. 29, p. 53-68, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/477548338005.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima. Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: Reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 3, p. 298-326, 2010.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7854226>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SECCHIN, Lenise Barcellos de Mello. Controle Social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício de cidadania. **Revista da CGU / Presidência da República, Controladoria-Geral da União**. Brasília, Ano III, n. 5, p. 28-46, 2008. Disponível em: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34431/13/V3.n5\\_Social.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34431/13/V3.n5_Social.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA Clayton Robson Moreira da; CRISOSTOMO, Vicente Lima. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**. Fórum: Perspectivas Práticas. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/RQSK9HMxNJSkzMRtqFLtCyM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SOUSA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira; NASCIMENTO, Cicero Philip Soares; PETER, Maria da Gloria Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras; GOMES, Amanda de Oliveira. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel.

**Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v.1, p. 58-70, 2013. Disponível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-DesenvolvimentoMunicipalECumprimentoDaLeiDeRespons-4864958.pdf)

<DesenvolvimentoMunicipalECumprimentoDaLeiDeRespons-4864958.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de Sousa; BARROS, Célio da Costa; ARAUJO, Fábio Resende de; SILVA, Maurício Corrêa da. Índice de Transparência Municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB**. Salvador, v. 3, n. 3, p. 94-113, 2013. Disponível em:

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/RGFC/article/viewFile/2161/1900>. Acesso em: 26 ago. 2021.

TEIXEIRA, Genaldo Guilherme. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/31Eu2ci>. Acesso em 26 ago. 2021.

TRIDAPALLI, Juarez Paulo; FERNADES, Elton; MACHADO, Waltair Vieira. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública- RAP**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DSQ7TrHhhVrLctwYH5JzyRh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

UFFS. **Manual Acadêmico 2019, Campus Cerro Largo**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Manual%20Acad%C3%AAmico%202019.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática**. Editora Fael, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/31BbM3F>. Acesso em: 13 set. 2021.

VISENTINI, Monize Sâmara; DOS SANTOS, Micheli. Transparência na Gestão Pública Municipal Evidenciada nos Portais Eletrônicos dos Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Missões/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 158–175, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.158-175>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ZANATTA, Maria Aparecida Fabri. O ACORDEÃO NO CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIO-CULTURAL BRASILEIRO. **Emancipação**, v. 4, n. 1, p. 201-217, 2004, p.214. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/57/55>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ZANETTI, Jovana; BONZANINI, Osmar Antonio; FERREIRA, Marcelo Marchine. Transparência e controle social na era da informação: atuação e contribuições dos observatórios sociais no Brasil. **Revista Tecnologias Informação e Comunicação**. v. 1 n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ponteditora.org/index.php/rtic/article/view/244/158>. Acesso em: 19 jun. 2021.